

A colonização vista por Marx e Engels

Evoluções (e limites) de uma reflexão comum

Remy Herrera*

Os escritos de Marx e Engels, em que eles abordam directamente o tema da colonização são relativamente pouco numerosos, no contexto das suas obras completas. Surgem assim mesmo em várias centenas de páginas a comparar a algumas dezenas de milhares de folhas muito usadas que os dois autores nos deixaram. Espalhados, de estatutos diferentes e de estilos muito heterogéneos, tomaram principalmente a forma de artigos de imprensa, de correspondência, esta trocada, de notas ou de comentários de leituras, mas também de passagem chave das suas obras fundamentais. Se esses textos se interessavam apenas «pela rama» da história do sistema capitalista, à «periferia» da Europa conquistadora, no entanto os seus conteúdos nada têm de anedótico, as suas propostas nada têm de acessório. Pelo contrário, devem ser recolocados no centro de uma reflexão comum sobre o futuro do mundo e a sua transformação pela evolução. E revelam-se na realidade indispensáveis para assumir em toda a sua amplitude, e sua complexidade, os percursos do pensamento teórico e de acção política dos dois fundadores do marxismo. Assim convém desde já resituar a sua tomada conceptual, as suas principais heranças intelectuais, assim como o momento histórico tão particular em que esses argumentos surgiram.

O termo «colonização» é que surge com mais frequência entendido por Marx e Engels no seu sentido contemporâneo, como conquista militar e ocupação imposta à força por uma potência metropolitana de territórios estrangeiros a fim de assim dominar politicamente os povos autóctones e de os submeter a uma exploração económica sistemática no quadro de um «império».

A palavra é também por vezes utilizada — a propósito de «colonos» alemães na Europa essencialmente — no seu significado antigo e mais ambíguo, de estabelecimento de pequenos núcleos de população pioneira no exterior das suas fronteiras nacionais para aí implantarem e cultivarem terras com ou sem extensão de soberania. Mas, em geral, é exclusivamente em referência ao movimento de expansão mundial dos países capitalistas da Europa ocidental que se iniciou a partir do fim do século XV e levou à subordinação de povos dos continentes não europeus e à «partilha do mundo» em benefício de centros capitalistas que a expressão é utilizada. A natureza da colonização moderna é assim para eles inseparável da singularidade do modo de produção capitalista, primeiro sistema histórico comandado na totalidade por esta «abstracção histórica»¹ que é o valor generalizado.

Marx e Engels são, assim, os herdeiros das Luzes. Franceses, britânicos, alemães. Três correntes filosóficas, de que segundo a interpretação tradicional, estão impregnados, provoca seguramente a violenta crítica rousseauiana contra a colonização. Inflamada.

1.

Do direito de conquista, segundo o *Contrato Social*, só existe como fundamento o direito do «mais forte» (...) afirmo que (...) um povo conquistado nada significa para o seu senhor e só lhe resta obedecer mesmo forçado ⁽²⁾. Marx lê no *Discurso sobre economia política*, que cita na 8ª secção do Primeiro livro do *Capital* consagrado à acumulação primitiva, «a matriz de uma crítica do capitalismo» ³. O Smith da *Riqueza das nações*, cujo capítulo mais longo diz respeito às colónias, coloca em questão a utilidade destas, transformadas numa carga para as metrópoles. Segundo ele, a lógica de pilhagem dos recursos naturais rapidamente chegou ao limite e é no alargamento do mercado e da divisão do trabalho, que procura as causas da riqueza das nações dominantes — na condição de dismantelar os privilégios exorbitantes de que gozavam as companhias comerciais protegidas pelo exclusivo colonial. É de certeza de Hegel que vem a influência de todos e de longe a mais determinante. Os parágrafos 245 e 246 dos *Princípios da Filosofia do Direito* mostravam a sociedade civil encerrada em contradições próprias e condenada a sair de si própria para as resolver exportando-as para — ou seja fazendo-as suportar por outros povos e tentando crescer de forma ilimitada. «Apesar do seu excesso de riqueza a sociedade civil [burguesa] nunca é suficientemente rica, ou seja que na sua riqueza, não possui bens suficientes para pagar tributo ao excesso de miséria e à plebe [a população] que gera» ⁴) É para o mar, o elemento de mediação por excelência, que [tendem] todas as grandes nações, as que fazem um esforço sobre si próprias ⁵) para se lançar na colonização, que «permite a uma parte da [sua] população procurar, num novo território o retorno ao principio familiar⁶ ameaçado no seu solo. Mas Hegel conclui que o exutório não oferece solução (para além da fortuna) aos conflitos profundos da sociedade civil e só os transporta para outro lado, em risco de os reproduzir num espaço mais vasto com uma intensidade maior e revelar assim a «má infinidade» de que é portadora.

A negatividade do conteúdo de exterioridade desta infinidade, e a impotência radical do remédio colonial estão no pensamento de Marx quando com Engels, entre os decénios de 1840 e 1880, escreve, com bastante regularidade sobre a colonização. A época é decididamente importante. Ela inscreve-se entre, por um lado o período do capitalismo mercantil, caracterizado pela tomada total de comando da indústria, a livre concorrência e a hegemonia de Inglaterra, que viam a acabar-se Marx e Engels, e, por outro, a do imperialismo, fundindo interesses industriais e bancários, lançando os seus monopólios e os seus capitais na (re)conquista do mundo e trazendo a supremacia da alta finança dos Estados Unidos, que ainda não estava estabelecida. Eis o tempo preciso de que eles nos falam da colonização. O do chauvinismo ocidental que todas essas guerras longínquas exacerbavam, da intolerância que aumentava, dos ideólogos racistas de que os nossos dois autores desmontam as crenças reaccionárias. Acontece que Marx retoma nos artigos que assina extractos de cartas que Engels havia escrito, em que o segundo faz variar, por vezes até ao excesso, conceitos

que o primeiro havia esboçado. Mas apesar de algumas divergências, quase mínimas, de alguns retrocessos, apercebemo-nos distintamente da trajectória de uma reflexão teórico-política comum sobre a colonização, à volta da qual um e outro flutuam. O que também devemos ver são as evoluções, as voltas, as complexificações, as próprias indeterminações, à medida que as pesquisas se diversificam e se aprofundam.

A denúncia da violência colonial, invariante da reflexão

Para Marx e Engels, a colonização é acima de tudo «o emprego da força brutal»⁷, a violência da conquista armada de territórios externos e da submissão das populações que ali vivem. Os exemplos de tal violência são muito numerosos nas suas obras, que não deixam de denunciar radicalmente os crimes perpetrados, os «interesses abjectos» conseguidos, a crueldade sem nome do comportamento dos representantes civis e militares dos capitalistas das potências colonizadoras, os sofrimentos dos povos colonizados, o esmagamento das vidas humanas aos milhões. Quando esboça o conceito de «fetichismo» na lei relativa aos roubos das florestas, publicada na *Rheinische Zeitung* em 1842, Marx afirma que é «para salvar os homens», que os Ameríndios de Cuba «que viam o ouro como fetiche dos espanhóis», «o deitam ao mar»⁸. O paroxismo da violência é segundo eles atingido nas colónias sob domínio inglês. São citadas em «modelos» de sociedades coloniais estabelecidas sobre o ódio racial, martirizadas nas suas hecatombes, pilhagens e saques, as fomes organizadas, as exacções de todo o género, a escravatura e o trabalho forçado, a repressão das revoltas locais, as torturas, a arbitrariedade policial, a segregação, a desigualdade de tratamento na aplicação das leis coloniais em países conquistados... Que há de mais normal, se a Inglaterra é a hegemonia mundial? Numa carta de 14 de Junho de 1863 dirigida a Engels, Marx escreve assim: «A administração inglesa nas Índias foi e é ainda verdadeiramente ignóbil»⁹. Numa outra, datada de 20 de Novembro de 1865: «A história da Jamaica caracteriza bem a grosseria dos verdadeiros ingleses (...) esses cães ingleses de nervos delicados (...) Para mostrar em toda a sua crueldade a hipocrisia inglesa, só faltavam (...) os massacres da Jamaica»¹⁰. Um artigo seu publicado a 16 de Setembro de 1857 falta nesses termos da primeira guerra do Ópio contra a China: «a soldadesca inglesa cometeu todas as abominações, apenas por prazer»¹¹. O mesmo artigo refere-se aos «procedimentos filantrópicos em uso nas colónias plenipotenciárias britânicas»¹². Num editorial que consagra em Maio de 1858 ao ataque de Lucknow (cidade do norte da Índia, no actual Uttar Pradesh), que se segue à revolta dos Sipaios, Engels tinha escrito: «O facto é que nem na Europa nem na América existe exército mais brutal que o exército britânico. A pilhagem, a violência, massacres severa e completamente banidos em toda a parte são um privilégio consagrado pelo tempo, um direito inalienável do soldado britânico (...) A utilização medieval, proscrita em toda a parte, de entregar à pilhagem uma cidade inteira tomada de assalto está sempre em vigor com os Ingleses. Em Deli, considerações imperiosas de ordem militar abriram uma excepção; mas os soldados, embora amaciados por um complemento de soldo, murmuraram e em Lucknow desferraram-se do que se haviam inibido em Deli. Durante

doze dias e doze noites, não foi o exército britânico em Lucknow mas uma multidão desvairada, brutal, bêbeda, dividida em bandos de brigões, ainda mais desvairados e cúpidos que os Sipaios que acabavam de afastar. O saque de Lucknow em 1858 ficará para sempre como uma desonra para o exército britânico»¹³.

Mas os Países Baixos não ficaram sossegados, eles que durante muito tempo disputaram com a Inglaterra a primazia no horror. No capítulo XXXI do Livro I do *Capital*, lemos: «A história da administração colonial dos holandeses (na Indonésia) «*apresenta um quadro de assassínios, de traições, corrupção e de baixaza, que nunca será igualada*» (...) Onde quer que metessem o pé, a devastação e a depopulação marcavam a sua passagem»¹⁴. Mas, o exército francês também não escapou, especialmente nas suas «explorações» realizadas no decurso da conquista da Argélia. Num artigo escrito para a *New American Encyclopaedia* em 1857, Engels afirma: «Desde a primeira ocupação da Argélia pelos franceses e até hoje, este infeliz país foi a arena de incessantes efusões de sangue, de rapinas e de violências. Cada cidade, grande ou pequena, foi conquistada sucessivamente ao preço de sacrifícios imensos. As tribos árabes e cabilas que apreciam a independência acima de tudo e para quem o ódio à dominação estrangeira é um princípio mais caro que a própria vida, foram esmagadas por razias terríveis no decorrer das quais as suas casas e os seus bens foram arrasados e queimados, as colheitas destruídas e os infelizes sobreviventes massacrados e ou entregues a todos os horrores do deboche e da brutalidade. Os Franceses persistiam em utilizar métodos de guerra bárbaros em desprezo de todas as normas da humanidade e de civilização»¹⁵

Em frequentes passagens de expressão directa (artigos de jornal, ou cartas) é demonstrada esta violência cruamente, no seu pior extremismo. Marx e Engels por vezes fundem os seus comentários na base de relatórios oficiais, mas na maior parte do tempo devem furar a blindagem da propaganda de uma imprensa dominante (com o sanguinário velho *Times*)¹⁶ à cabeça) levado a vociferar contra a «selvajaria dos indígenas», a lamentar-se sobre as únicas vítimas de origem europeia, na realidade, como diz Marx, a desempenhar a comédia de «Tartufo da vingança (para) fazer esquecer que (o governo inglês) é responsável pelo mal praticado»¹⁷. Engels colocará muitas vezes no seu lugar «a cavalheiresca imprensa inglesa»¹⁸ dizendo-se indignado pela «barbárie» dos Chineses. De acordo com eles, a violência colonial é institucionalizada: ela adere às estruturas da administração colonial. Ao desvelar as atrocidades cometidas pelos soldados britânicos na Índia, entre outras, Marx, longe de colocar os beligerantes de costas uns para os outros e de achar que todas as violências se transformavam em monstruosidades, retorna à causa primeira desta defesa das crueldades, ou seja, à agressão do exército colonial contra um povo. Desculpa até incidentalmente a rebelião. Num artigo do *New York Daily Tribune* do dia 28 de Agosto de 1857 sobre as «Pesquisas sobre as torturas na Índia» afirma: «Demos apenas um breve capítulo, muito adocicado, da verdadeira história da dominação inglesa na Índia. Na presença de tais factos, homens imparciais e razoáveis serão talvez levados a perguntar-se se um povo não estará justificado por tentar expulsar os conquistadores, que cometeram tais abusos para com os seus subditos»¹⁹. Mas mesmo aí, no fundo da argumentação oculta-se uma análise de

classes. «A revolta indiana não começou pelos *ryots* (camponeses) torturados, desonrados e espoliados pelos Britânicos, mas pelos Sipaios, vestidos, alimentados, e acarinhados por eles.²⁰, escreve Marx a 16 de Setembro do mesmo ano. Pois, se as forças vivas da revolta indiana tinham sido as massas de camponeses e artesãos pobres, foram os «feudais» que a dirigiram — e que a arrastaram desde 1858.

Mas em nenhum momento os suplícios e desolações vividos pelos colonizados pobres foram esquecidos por Marx e Engels. A violência da actuação colonial, foi por eles claramente indicada. E desde cedo. Recordemos por exemplo, da passagem de São Max da *Ideologia Alemã* expondo o suplício de *Spanso bocho*: «um dos castigos corporais mais cruéis aplicados pelos colonizadores no Suriname»²¹. As suas críticas ao colonialismo, no entanto nada têm em comum com a indignação de alguns liberais da época, à bondade de fachada. E fugiram igualmente ao «socialismo sentimental» de bons sentimentos e ilusões — cujos sonhos são considerados perigosos no que arriscam de fazer abortar as revoluções que viriam. As suas acusações relevam uma preocupação de informação dos homens do seu tempo, mas decorrem principalmente da constatação de um facto histórico maior, e incontornável. A violência em questão é intrínseca ao processo de génese do capitalismo industrial. Pois a colonização é um método pelo qual se efectua a acumulação primitiva do capital. Trata-se do meio mais brutal, sem dúvida, mas apenas de um dos meios utilizados pelo capital, entre muitos outros, como a «finança moderna» principalmente: a colonização não será ela, pergunta Engels, no suplemento do livro III do *Capital*, «hoje uma verdadeira sucursal da Bolsa, para os interesses da qual as potencias europeias partilharam a África»^{22?}

Na realidade, eles tiveram tanta complacência com o capitalismo dos regimes coloniais que explora os povos do ultramar que concordaram de modo geral, com o mesmo capitalismo da sociedade burguesa que expropria as massas camponesas, as atira para os *slums* imundos e impõe aos proletários, em número cada vez maior, condições de vida infra-humana. Marx escreve no livro I do *Capital*, 8.^a Secção, capítulo XXXI: «Ao mesmo tempo que a indústria do algodão introduzia na Inglaterra a escravatura das crianças, nos Estados Unidos transformava o tratamento (...) dos negros num sistema mercantil. Funcionava como pedestal à escravatura dissimulada dos assalariados na Europa, a escravatura sem frase no Novo Mundo»²³. Ou: «a História moderna do capital data da criação do comércio e do mercado dos dois mundos do século XVI (...) O regime colonial assegurava saídas aos fabricantes em início, cuja facilidade de acumulação redobrava, graças ao monopólio do mercado colonial. Os tesouros directamente extorquidos fora da Europa pelo trabalho forçado dos indígenas reduzidos a escravos, pela concussão, a pilhagem, e o assassinato, refluíam para a mãe-pátria para funcionar como capital»²⁴.

E a crueldade dos colonizadores europeus é de certo modo atizada pelo seu fanatismo religioso. Como é o caso das colónias em que «o carácter cristão de acumulação primitiva não se desmentia» Assim na América do Norte, «os austeros intrigantes do protestantismo, os puritanos, proclamaram em 1703, por decreto da sua assembleia, um prémio de 40£ por escalpe de indiano e outro tanto por cada pele-vermelha feito prisioneiro; em 1720, uma multa

de 100£; em 1744, Massachusetts-Bay tendo declarado rebelde uma certa tribo, as multas seguintes foram oferecidas: 100£ por escalpe de homem de doze anos ou mais. 105£ por prisioneiro masculino. 55£, por mulher e crianças apanhadas, e 50£ pelo seu escalpe. Trinta anos depois, as atrocidades do regime colonial caíram sobre os descendentes desses piedosos peregrinos (*pilgrim fathers*), transformados por sua vez em rebeldes. Os podengos lançados à caça dos colonos em revolta e os Índios pagos para entregar os seus escalpes foram proclamados pelo Parlamento «os meios que Deus e a natureza tinham colocado nas suas mãos»²⁵. Estamos ainda no mesmo capítulo do *Capital*.

Estas malfeitorias e sevícias do colonialismo são os da expansão do capital. A denúncia da sobre-exploração praticada pelos plantadores escravagistas do Sul dos Estados Unidos inscreve-se numa teorização da violência inerente ao sistema capitalista: «O mercado de escravos é constantemente alimentado em mercadorias-força de trabalho pela guerra, a pirataria (...) É a apropriação na natureza da força de trabalho estrangeira por prisão física directa», colocando os escravos «ao nível dos outros seres naturais como condição inorgânica da produção, ao lado do gado e como apêndice da terra»²⁶. Pois, para ele, como para Engels, é bem o mesmo capital que chega ao mundo «a suar sangue e lama por todos os poros»²⁷. A denúncia radical e sem descanso da violência do colonialismo, é a invariante da reflexão que Marx e Engels têm em comum. Assim, por que mistério a «civilização» poderia difundir-se nestas sociedades coloniais? É que, nesta trama crítica, desenrolada dum lado ao outro das suas obras, algumas evoluções, importantes, são perceptíveis.

No ponto de partida da análise, a modernização e a civilização

Os dois primeiros textos que Marx e Engels escrevem sobre a colonização, contemporâneos da redacção do *Manifesto Comunista*, e assim um pouco anteriores às revoluções de 1848, prometem a modernização e a civilização pela colonização. Em 1847, Marx afirmava a sua convicção que «a vitória do proletariado sobre a ordem burguesa (na Inglaterra) será (...) ao mesmo tempo o sinal da libertação de todas as nações oprimidas» — incluindo as europeias (no primeiro plano colocava a Irlanda, mas também a Polónia²⁸). Uma tal posição inicial só poderia surpreender se nos lembrarmos do estado de optimismo dos dois autores na época, oriunda da sua visão de uma história do mundo que impele à luta de classes e mais concretamente aos levantamentos populares que sacudiam a Europa em meados do século XIX. As diversas empresas coloniais «totais» agora dirigidas pelas potências ocidentais, a começar pelas conquistas inglesa da Índia e francesa da Argélia entre outras, são entendidas no contexto, como oportunidades decisivas para esses países.

Embora essas agressões coloniais apresentem um carácter insustentável «quão triste do ponto de vista de sentimentos humanos ver essas miríades de organizações sociais (...) inofensivas e trabalhadoras dissolverem-se (...) e serem reduzidos à tristeza»²⁹, a percepção da colonização é mesmo a de um *progresso*. Marx, nos seus artigos consagrados à Índia, surgidos em 1853 no *New York Daily Tribune* — jornal progressista que se considera o mais

influyente nos Estados Unidos e no seio do qual ele e Engels travam uma «guerra oculta» contra as tendências anti-socialistas — pisa o risco. Intencionalmente, interpreta a colonização na Índia como revolucionária. «[N]ós não devemos esquecer que essas comunidades de aldeias idílicas (...) foram sempre uma fundação sólida do despotismo oriental (...) encerrando a razão humana num quadro excessivamente estreito, fazendo-se o instrumento dócil da superstição e escravo de regras admitidas despojando-a (...) de toda a força histórica (e que elas) levam a marca infamante das castas e da escravidão»³⁰ E conclui: «é verdade que a Inglaterra no (...) Índia, era guiada por interesses abjectos e agia de uma maneira estúpida para atingir os seus fins (...) Ela foi um instrumento inconsciente da História ao provocar esta revolução»³¹. Vamos encontrar esta mesma rejeição da idealização das sociedades colonizadas pela Europa nas análises que Marx e Engels fazem das formas do «comunismo primitivo» das comunidades rurais desde os primórdios da humanidade, que nada tinham segundo eles, de um paraíso terrestre. «O homem começa apenas a isolar-se pelo processo histórico. No início aparecia como ser genérico, ser tribal, animal de rebanho — mas nada como um ζῷου πολιτικού»³² (ou animal político).

A concepção da história que acompanha — nos primeiros textos de Engels sobre a Argélia ou o México, em especial — esta visão forçadamente *positiva* da colonização, reenvia-nos ao texto do *Manifesto*, para o qual «burguesia» e «civilização» coincidem, ou pelo menos se entendem relativamente bem; em que com efeito, a noção de «civilização» era apenas a personificação da indústria e do comércio da potencia capitalista por excelência, a Inglaterra. Em 1848, Engels escrevia no jornal cartista *The Northern Star*: «Afinal, o burguês moderno, com a civilização, a indústria, a ordem e as «luzes» que traz consigo, é preferível ao senhor feudal ou ao saqueador de longa distância e ao estado bárbaro da sociedade à qual pertence»³³

É o tempo da afirmação da superioridade esmagadora do movimento da burguesia moderna sobre a ordem feudal passada: «A burguesia desempenhou na história um papel eminentemente revolucionário». Extirpou os arcaísmos do velho mundo, despojou-a dos seus ouropéis patriarcais e sagrados, soube desatar os laços do homem pelo homem que o caracterizavam: veja-se segundo eles uma aquisição incomensurável para o proletariado, apesar de todas as opressões e repressões sofridas. Colocou em acção essencialmente as forças produtivas que logo entrarão em contradição com o quadro muito estreito do trabalho alienado e da propriedade privada do capitalismo — cuja abolição marcará o verdadeiro início da história humana — e que tornarão necessária e até *possível* a transição para a sociedade sem classes pela revolução proletária. O famoso verso shakespeariano (bem fundo velhatoupeira!³⁵) tem aqui o seu sentido pleno. É neste que, para os dois, o desenvolvimento do capitalismo teria um *valor universal*. Tanto como a «força» (...) de parto de toda a velha sociedade em trabalho (...) é um agente económico»³⁶. Tal como ela pode dissolver o antigo modo de produção feudal, a burguesia saberá desagregar os velhos mundos das comunidades que subsistem e subjugam os povos não europeus. E fá-lo-á precisamente pela sua expansão

colonial, que preenche então, segundo eles, uma função progressista alargando, para além das fronteiras da Europa, a empresa da burguesia sobre o mundo.

Engels apresenta a este respeito num artigo de 1848 sobre a guerra dos Estados Unidos contra o seu vizinho do Sul, uma opinião muito firme: «Na América, temos testemunhado a conquista do México e isso satisfaz-nos (...) é do interesse do seu próprio desenvolvimento que no futuro, passe para a tutela dos Estados Unidos»³⁷. Muitas vezes Marx e mais ainda Engels, condenaram as aventuras que o Segundo Império francês lançou conjuntamente com a Inglaterra e com a Espanha primeiro, depois sozinho, contra o México do liberal Juárez Garcia (que tinha anulado a dívida externa do país) «É provável que uma campanha mexicana represente um dos inumeráveis expedientes que Louis Bonaparte é obrigado a ter em reserva na sua manga para distrair o povo francês dos seus problemas», escreve Marx num artigo do *New York Daily Tribune* de 23 de Novembro de 1861, intitulado «*A intervenção no México*». Ele vê nesta guerra a reconstituição de uma nova *Holly Alliance* [uma Santa Aliança destinada a] restabelecer a ordem no mundo inteiro»; começando o seu papel por estas palavras: «[Esta] intervenção (...) é, em minha opinião, uma das empresas mais monstruosas dos anais da história internacional»³⁸. Se os dois atacaram vivamente a atitude dos Estados Unidos, principalmente sob a presidência de James Buchanan, cuja política «se coloca ao serviço dos escravagistas»³⁹, do Texas e de muitos outros locais, entregando o Norte do México (...) aos especuladores financeiros americanos», não puseram no entanto em causa a colonização.

Por mais execráveis que pudessem ser os interesses perseguidos pelos colonos norte-americanos no México, estes últimos terão assim mesmo contribuído para «abrir» (...) o oceano Pacífico: «à civilização».

Uma tal tomada de posição pró-Estados Unidos era motivada pela sua esperança de ver este país ter um papel na próxima oscilação do mundo; os antigos colonos, tornados colonizadores embora emancipados, tendo por «missão histórica» prolongar a esfera de dominação da burguesia até à Califórnia. Pela antecipação (verdadeiramente fulgurante) do deslocamento a vir do centro hegemónico do sistema capitalista planetário, Marx e Engels, escreverão mesmo em Fevereiro de 1859, juntos, na *Neue Rheinische Zeitung*: «Graças ao ouro da Califórnia (poderoso vector de integração dos Estados Unidos no mercado mundial] e à energia infatigável dos lanques, os dois lados do Pacífico serão também em breve tão povoados, tão abertos e tão industrializados como é agora a costa de Bóston a Nova Orleans. O Pacífico desempenhará então o mesmo papel que o Atlântico actualmente e o Mediterrâneo na Antiguidade e na Idade Média. — o papel da grande via aquática do tráfego mundial.»⁴⁰

Não há dúvida que este avanço pela colonização tem um preço humano elevado, que Marx lembra num artigo de 1853 consagrado à Índia: «A burguesia (...) nunca efectuou um progresso sem arrastar os indivíduos e os povos através do sangue e da lama, através da miséria e da degradação?»⁴¹ Pois esta «civilização» burguesa em pleno impulso, aumenta crimes que ela engendra, tem dois rostos: «A hipocrisia profunda e a barbárie inerente à civilização burguesa estendem-se diante dos nossos olhos, passando da sua terra natal, em

que assume formas respeitáveis, para as colónias onde se apresenta sem véu»⁴². Mortes, extorsões, corrupção, etc. encontram-se na esteira destes «homens de Propriedade, Ordem, Família e Religião» que são os colonizadores⁴³. Só «quando uma grande revolução social esmagar as realizações da época burguesa», só então «o progresso humano cessará de assemelhar-se a este horrível ídolo pagão que só queria beber o néctar no crânio das suas vítimas».⁴⁴

Entretanto, os países conquistados vêm-se «forçados a seguir o caminho da civilização» ocidental. Em 1857, o artigo de Engels sobre a Argélia para a *New American Cyclopaedia* volta mais uma vez a esta ideia de missão universal cumprida pelo capitalismo, sem no entanto negar — insistimos neste ponto — a *própria civilização* do país colonizado. É pelo menos necessário aguardar vários decénios antes da condenação do colonialismo pelos dois autores se tornar sistemática, e ganhar a sua hostilidade total. Na verdade, durante muito tempo, a sua análise sobre o factor colonial só será conduzida em termos de destruição-regeneração.

A colonização como dinâmica de destruição-regeneração

No livro I do *Capital*, a explicação que Marx apresenta da génese do capitalismo situa assim a colonização no centro da acumulação primitiva. Desde aí, o alcance desta última não se limita ao único quadro da Europa ocidental. O capítulo XXXI sobre [a génese do capital industrial] explica: «A descoberta das regiões auríferas e argentíferas da América, a redução dos indígenas à escravidão, o seu enfiamento nas minas ou o seu extermínio, os inícios de conquistas e pilhagem nas Índias Orientais, a transformação da África numa espécie de coutada comercial para a caça às peles negras, eis os processos idílicos de acumulação primitiva que marcam a era capitalista na sua aurora»⁴⁵ — enquanto Engels insistia mais tarde sobre «a colonização no interesse das especulações de bolsa com o «novo exemplo troante de tráfico de escravos nos mares do Sul [na] Nova Guiné (...) pelo Queensland (Australiano).»⁴⁶ É pela decomposição do feudalismo que se efectua a concentração imobiliária, os *enclosures*, a separação dos trabalhadores com os meios de produção, a «liberação» ou «colocar à disposição» da força de trabalho, a divisão do trabalho. Mas para Marx, o desenvolvimento do capitalismo realiza-se pela lenta dissolução do modo de produção feudal no oeste-europeu e, *simultaneamente*, pelo alargamento ao mundo inteiro da esfera de domínio do capital que avança. É por consequência a face externa desse vasto processo, frequentemente negligenciado, que traduz a colonização das sociedades pré-capitalistas inicialmente localizadas fora do seu campo de acção. E a anexação, o englobamento dessas zonas externas do mundo do comércio efectua-se segundo Marx e Engels por uma dinâmica de destruição/regeneração que eles pensam sobre o modelo teórico do *Aufhebung*, ou seja, da ultrapassagem por supressão/conservação. Aqui, a destruição significa substituição de relações e de estruturas novas das formas anteriores em desagregação. Marx escreve, no fim do Livro I do *Capital*: «o regime mercantil, dotado pelos governos de monopólios e de privilégios e servindo de poderosas alavancas à *concentração dos*

capitais (sublinhado por mim, H.H. (...) assegurava as saídas das manufacturas nascentes, cuja *facilidade de acumulação* redobrou (*idem*), graças ao monopólio do mercado colonial». E ainda mais longe: «Nos nossos dias, a supremacia industrial implica a supremacia comercial (...) Daí o papel preponderante que desempenha [na época do capitalismo mercantil] o regime colonial. Foi o «deus desconhecido» que se coloca no altar, ao lado dos velhos ídolos da Europa; um belo dia empurra os seus camaradas com o cotovelo! Abaixo todos os ídolos!»⁴⁷ Esse esquema é explicado e ilustrado por Marx num célebre artigo que surgiu a 8 de Agosto de 1852 no *New York Daily Tribune*, com o título «Os resultados eventuais do domínio britânico na Índia»: «a Inglaterra tem uma dupla missão a cumprir na Índia: uma destruidora, outra regeneradora — o aniquilamento da velha sociedade asiática e a colocação dos fundamentos materiais da sociedade ocidental na Ásia (...) A história do seu domínio na Índia é essa destruturação. A obra de regeneração mal espregueira através de um montão de ruínas»⁴⁸. Num outro artigo sobre «o domínio britânico na Índia», publicado dois meses mais tarde no mesmo jornal (10 de Junho), escreve: «Os males que os ingleses causaram ao Indústão são de um género totalmente diferente e muito mais profundos que tudo o que ele sofrera antes. Não faço alusão ao despotismo europeu que, adicionado pela Companhia das Índias inglesa ao despotismo asiático, forma uma combinação (...) monstruosa. (...) Todas as guerras civis, invasões (...) só o tinham atingido superficialmente»⁴⁹. O que os Britânicos produziram é pior: «[eles] destruíram os fundamentos do regime social da Índia (...) Essa perda do seu velho mundo, que não foi seguida pela aquisição de um mundo novo, confere à miséria actual dos Hindus um carácter especialmente desesperado e separa o Indústão governado pelos Ingleses do [...] seu passado no seu conjunto»⁵⁰

É assim que a intrusão repentina e brutal dos ingleses na Índia destruiu aí toda a entidade socioeconómica do país. Mas, para além do choque da conquista, rapidamente, os agentes do capitalismo esforçam-se por substituir as suas ligações comerciais iniciais por um controle directo das produções locais. Passa primeiro pela apropriação de terras, que acompanha a imposição de antecipações fiscais e da monetarização da economia vencida, exigidas pela organização militar-administrativa das zonas ocupadas. A colonização é na origem a transformação do sistema da propriedade da terra nas economias ainda muito maioritárias agrícolas. A condição primeira da produção capitalista, escreve Marx no fim do livro I do *Capital* num capítulo sobre «A teoria moderna da colonização», «a propriedade do solo deve ser arrancada das mãos da massa»⁵¹. O objectivo é claro: «libertar a terra é individualizar a propriedade para a mercantilizar.

Após a conquista, a intervenção dos poderes públicos coloniais já não precisa de operações militares para dissolver a propriedade colectiva; as leis imobiliárias encarregam-se disso. No caso da Índia, o afundamento das estruturas rurais foi acelerado, acrescenta Marx, pelo abandono dos trabalhos públicos (a começar pelos de irrigação, «base da agricultura oriental») pelo colonizador britânico⁵². Assim «territórios inteiros que outrora tinham sido admiravelmente cultivados como (...) as vastas províncias do Indústão [estão] actualmente estéreis e desertas»⁵³.

Marx entende mesmo que a existência de uma propriedade imobiliária não individualizada representa como resistência efectiva exercida pelas comunidades de aldeias locais à implantação do capitalismo. Assim, diz no livro III do *Capital*: «um exemplo marcante dos obstáculos que a solidez interna e a estrutura dos modos de produção nacionais pré-capitalistas opõem a (esta) acção desagregadora (...) é-nos dada pelas relações entre a Inglaterra com as Índias e a China. Nesses países a unidade da pequena agricultura e da indústria doméstica constitui a base do modo de produção; é preciso acrescentar, no que diz respeito às Índias, a forma de comunas rurais repousa na propriedade imobiliária em comum que era igualmente a forma primitiva na China. Nas Índias, os ingleses, soberanos e rendeiros imobiliários desdobravam simultaneamente o seu poder político e económico para fazer estourar estas pequenas comunidades económicas»⁵⁴

Repousando inteiramente na interdependência estreita entre as actividades agrícolas e artesanais, o modo de produção pré-capitalista desmorona-se num tempo histórico rápido: «As condições sociais da Índia mantêm-se invariáveis desde a Antiguidade (...) até ao primeiro decénio do Século XIX. O mister de tecelagem manual e o vime, que produziam miríades de tecelões e fiadoras eram o pivot da estrutura desta sociedade [e] a Europa recebia os tecidos admiráveis de fabricação indiana»⁵⁵. Pela colonização «os invasores ingleses destruíram os misteres de tecelagem de fabricação indiana e destruíram os seus vimes. A Inglaterra começou por retirar os tecidos de algodão indianos do mercado europeu, depois começou a exportar para o Indústão o fio e finalmente inundou de tecidos de algodão a pátria dos tecidos de algodão.»⁵⁶

O capital dispõe com efeito de armas temíveis sobre os mercados coloniais, principalmente pelos baixos preços dos «produtos de fábrica». Entre a metrópole e as suas colónias, as «trocas» são desequilibradas —a troca é desigual, dirão um século depois de Marx. As suas estruturas produtivas respectivas eram marcadas por um desvio de desenvolvimento muito importante, fortes diferenças de produtividade do trabalho são observadas a favor do país colonizador, que pode assim produzir simultaneamente trabalho e mais valia, donde a possibilidade de realizar lucros extra consideráveis. A lei do valor esmaga ainda mais os países submetidos, já que o monopólio colonial já não obriga os capitalistas europeus a baixar o preço das suas mercadorias ao seu valor, ou seja, permite-lhes vender essas mesmas mercadorias a um preço superior ao valor que foi determinado na metrópole. Essa concorrência manipulada — que hoje se chamaria «desleal» — tem como resultado destructure as actividades (agrícolas e artesanais) menos produtivas das colónias. Marx escreveu a este propósito que nas colónias, o trigo vende-se não apenas abaixo do valor, mas abaixo do seu preço de produção. É a própria renda que é assim captada pelo colonizador, entretendo nas colónias «a reprodução das condições de trabalho, ou seja, os instrumentos de produção, até tornar quase impossível o alargamento da produção e finalmente reduzir a subsistência dos produtores ao mínimo compatível com a vida»⁵⁷. Daí a deterioração de uma agricultura incapaz de se desenvolver segundo o princípio (...) da livre concorrência britânica. (...) Se o seu comércio age assim de maneira revolucionária sobre o modo de produção, só destruindo por preços

baixos das suas mercadorias a fiação e a tecelagem, parte integrante muito antiga desta unidade da produção industrial e agrícola, o que destruiu as comunidades»⁵⁸

Prosseguindo nas diferenças de produtividade do trabalho, são os desvios de nível tecnológico que são apontados por Marx: «a ciência britânica e a utilização da máquina a vapor pelos Ingleses tinham destruído principalmente o território do Índia, o laço entre a agricultura e a indústria artesanal»⁵⁹. Estando o sistema de aldeia desmantelado, ele explica assim «que as pequenas formas estereotipadas de organismo social foram dissolvidas na sua maioria e estão em vias de desaparecer (...) sob a influência da máquina a vapor e da livre troca inglesa. Essas comunidades familiares fundamentavam-se na indústria artesanal, ligando de modo específico a fiação, a tecelagem e a cultura do solo executadas à mão, o que garantia a independência. A intervenção inglesa, colocando a fiação no Lancashire (condado de Inglaterra, localizado mesmo ao Norte de Manchester e Liverpool [e (...) fazendo desaparecer tanto a fiação como o tecelão indianos, destruiu essas pequenas comunidades (...) destruindo os seus fundamentos económicos e realizando a maior e por assim dizer, a única revolução social que surgiu na Ásia»⁶⁰

Apesar do aumento da resistência local, o afundamento das estruturas tradicionais dos países subordinados pelo efeito da colonização pode ser brutal e inesperado, como na China, após a agressão inglesa das guerras do Ópio e os assaltos das grandes potências ocidentais. Sem mesmo ser necessária a implantação de povoados de colonos o único contacto com o modo de produção capitalista seria suficiente para provocar a desintegração das civilizações mais prestigiadas e antigas. «A hora final da velha China aproxima-se, escreve Engels em 1857, após a segunda guerra anglo-chinesa, [e] dentro de poucos anos, seremos testemunhas da agonia do mais velho império do mundo e do dia em que uma nova era se abrirá em toda a Ásia.»⁶¹

Após a destruição, como, «através de um monte de ruínas», poderia surgir a *regeneração*? O artigo já citado sobre os «Resultados eventuais da dominação britânica na Índia» (1853) apresenta um quadro espantoso de progressos susceptíveis de surgirem, segundo Marx pela penetração do capitalismo nesse país. É primeiro, «a unidade política da Índia, mais consolidada e indo mais longe que no tempo dos Grandes Mongóis», que é vista como a primeira condição da regeneração (...) senão da própria Índia ao emancipar-se e (...) deixando de ser a presa do primeiro intruso estrangeiro»⁶² São igualmente «a imprensa livre, introduzida pela primeira vez na sociedade asiática», que seria um «novo e poderoso agente de reconstrução»⁶³ e a educação dos «nativos da Índia, embora com má vontade e parcimónia (...) sob a tutela inglesa», que estaria em vias de formar uma nova classe, dotada de aptidões requeridas pelo governo, e imbuída de ciência europeia»⁶⁴. Claro que os meios de transporte, «percursores da indústria moderna»⁶⁵: «O vapor colocou a Índia em comunicação regular e rápida com a Europa, colocou os seus portos ligados aos dos mares do Sul e do Leste e tirou-a do isolamento (...) causa primeira da sua estagnação, quebrou a inércia das aldeias [que existiam] a um nível (...) inferior de bem-estar, quase sem ligação com as outras aldeias, sem os desejos e os esforços indispensáveis ao progresso social»⁶⁶. Não é tudo. No que respeita

ao sistema imobiliário, «os sistemas z(a)mindari e ryotwari [regimes de propriedade da terra [zamin em árabe] nos quais os aldeões cultivadores (*ryot*, em inglês, aparentado em *ra'lya*[t] do urdu, do persa e do árabe) deviam pagar os impostos imobiliários directamente ao Estado, (...) por mais abomináveis que sejam, constituem tal como são, duas formas de propriedade privada da terra», e *de facto* mecanismos de «libertação» da mão-de-obra rural, encontrando-se assim à disposição dos grandes proprietários rurais ou, na cidade, indústrias nascentes, a fim de serem proletarizados. E ainda, «as indústrias modernas» (...) vão dissolver divisões hereditárias do trabalho, sobre as quais repousam as castas.»⁶⁷ Eis o que se promete na Índia «fonte das nossas línguas e das nossas religiões»; veja-se como se define para Marx, em 1853, a «regeneração deste grande e interessante país»⁶⁸.

E conclui assim: «Os efeitos devastadores da indústria inglesa, considerados sob o ponto de vista da Índia (...) são palpáveis e terríficos. Mas não devemos esquecer que são os resultados orgânicos de todo um sistema de produção (...) actualmente constituído [e que] repousa sobre o domínio todo-poderoso do capitalismo. A influencia destrutiva desta centralização (do capital) sobre os mercados do mundo só revela à escala mais gigantesca as leis orgânicas inerentes à economia política (...) O período burguês da história tem por missão criar a base material do mundo novo, (...) a intercomunicação universal fundada na dependência mutua da humanidade (...) assim [como] o desenvolvimento das forças de produção do homem e da transformação da produção material num domínio científico dos elementos»⁶⁹. Na Índia e de resto no Sul, a Inglaterra devasta, o seu exército pilha, a sua indústria destrói, os capitalistas drenam sobre-lucros colossais. E Marx insiste nisso e Engels também. Mas, por ela o capital aí investido, constrói e reorganiza o sistema produtivo. A ponto de tentar quase criar, sugere Marx, as condições da sua própria evicção futura, de tal modo as perspectivas de desenvolvimento do capitalismo local encaradas são dinâmicas.

Sobre estas previsões de futuro, é preciso reconhecer que Marx e Engels se enganaram; dizemos muitas vezes que não pensaram em todas as consequências dos encadeamentos que haviam descoberto. Mas revelaram que o desenvolvimento da produção comercial simples não acabava sistematicamente na produção comercial capitalista que podia levar a «qualquer outra coisa»⁷⁰. Como é o caso, em particular, se o processo histórico não permitindo uma separação completa dos produtores directos dos seus meios de produção, obrigando-os a dever vender «livremente» a sua força de trabalho. «Mas a *simples existência da fortuna em dinheiro* e mesmo a conquista de uma certa supremacia (*Urbildung*, ou *supremacy*) da sua parte não chegam minimamente para esta dissolução [modos de produção das sociedades pré-capitalistas] se produza *acabando* no capital»⁷¹, escreveria Marx nos seus *Fundamentos da crítica da economia política*, ou «*Grundrisse*».

Encontramos no *Capital* uma explicação destes fenómenos: «As mesmas circunstâncias que produzem a condição fundamental da produção capitalista — a existência de uma classe de trabalhadores assalariados — solicitam a passagem de toda uma produção mercantil simples à produção capitalista. Ao desenvolver-se, ela exerce um efeito decompositor e dissolvente sobre

toda a forma anterior da produção que, orientada em primeiro lugar para o consumo pessoal directo, não converte em mercadorias que excedem o sobreproduto. Ela faz da venda do produto o principal interesse: primeiro sem atacar directamente o modo de produção em si [...] primeiro efeito do comércio mundial capitalista sobre povos como os Chineses, os Indianos, os Árabes, etc.), depois, onde criou raízes, destrói, todas as formas de produção mercantil que repousam ou sobre o trabalho pessoal ou sobre a venda única do produto excedentário como mercadoria. Ela começa por generalizar a produção das mercadorias, depois transforma gradualmente toda a produção mercantil em produção capitalista». ⁷² É assim que começava o livro II do *Capital*, longe das análises descritivas das colónias de povoamento e do exame das teses de Wakefield, com as quais Marx tinha escolhido fechar o Livro I. Nesta passagem do livro II, Marx já não fala de colónias; procura, unicamente apresentar no abstracto, em teoria, o modo de produção capitalista. Por consequência nada fala das *articulações* deste último com outros modos de produção, os modos de que o capital ainda se não tinha apropriado ou aos quais não se tinha substituído *fora da Europa*. E faltou-lhe o tempo, também não sabemos como teria redigido os seus trabalhos, anunciados no seu «plano de 1857» ⁷³, que pensava consagrar às colónias, assim como ao comércio externo, às taxas de troca, às relações monetárias internacionais e para terminar ao mercado mundial.

O processo de unificação do mundo, marcha para a revolução

Tanto quanto é a manifestação da extensão do domínio da burguesia capitalista à escala planetária, a colonização é também uma das etapas da «unificação do mundo» ⁷⁴. É inerente ao movimento do capital, cuja dinâmica de reprodução se alarga sem cessar e se lança sobre o mercado mundial à procura de lucros crescentes. A burguesia «obriga todas as nações a fazer seu, sob pena de morte, o [seu] modo de produção (...) obriga-os a introduzir o que ela chama civilização, ou seja, a tornarem-se burgueses. [Assim, ela cria um mundo à sua imagem]» ⁷⁵. Tal era o raciocínio do *Manifesto*: «Pela exploração do mercado mundial, a burguesia deu um andamento cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países [...] [Ela minou sob os pés das indústrias a sua base nacional. As antigas indústrias nacionais foram destruídas e a introdução das indústrias novas [que já não transformam as matérias primas do país, mas (...) em proveniências das zonas mais afastadas e cujos produtos são consumidos não apenas no próprio país, mas em todas as partes do mundo] tornam-se uma questão de vida ou morte para todas as nações civilizadas (...) O antigo isolamento das nações (...) dá lugar a uma interdependência universal das nações» ⁷⁶. Assim, «graças ao aperfeiçoamento rápido dos instrumentos de produção, graças às comunicações (...), a burguesia arrasta brutalmente na civilização todas as nações (...) O bom mercado das suas mercadorias é a artilharia pesada com a qual abate todas as muralhas da China...» ⁷⁷. Trata-se de encontrar vendas fáceis externas, mas também e sobretudo de submeter à lógica de reprodução do capital as esferas produtivas das outras formações sociais, inclusive as mais longínquas e as menos desenvolvidas»

Na *ideologia alemã*, redigida mais de dois anos antes, Marx e Engels tinham explicado que a extensão de comércio, após a descoberta da América e do caminho marítimo para as Índias orientais, oferece à manufatura um poderoso impulso, assim como ao movimento da produção em geral, sob o controle dos estados colonizadores que partilham o mercado mundial e protegem o seu mercado interno assim como os mercados coloniais pelos monopólios⁷⁸. Este «enfraquecimento do mercado mundial em fracções isoladas em que cada uma era explorada por uma nação particular»⁷⁹ trava o impulso do capital, enquanto nascia o «comércio do dinheiro, [o(s) bancos, (a)s dívidas públicas, (o) dinheiro-papel, (a)s especulações sobre os fundos e as acções (...)] a agiotagem sobre todos os artigos, (o) desenvolvimento geral do sistema monetário»⁸⁰ O mercador ultrapassava o fabricante, «a concentração do comércio e da manufatura» na Inglaterra, que domina as trocas e a indústria, «criou progressivamente para este país um mercado mundial relativo [ou um quase mercado mundial] e suscitou assim uma procura dos produtos ingleses manufacturados»⁸¹, trazendo assim a grande indústria. E é esta última que se submete ao comércio (...) (depois) transforma todo o capital em capital industrial»⁸². É ela também que generaliza a concorrência, obrigando os outros países ocidentais a industrializar-se.

Nessas condições, a colonização era colocada mesmo dentro do coração da dialéctica operando entre a formação do mercado mundial e a criação da grande indústria. Esta última torna a concorrência universal, estabelece os meios de comunicação e o mercado mundial moderno (...). É ela que criou verdadeiramente a história mundial⁸³, pois a sociedade burguesa é o «cenário de toda a história». Assim, o progresso para a colónia virá da sua inserção no sistema mundial, quando a parte dessa sociedade, subordinada pela força e «fundada na base do mercado mundial moderno» lhes escapa inteiramente ou quase: mesmo que surja uma divisão internacional do trabalho muito estritamente conforme aos interesses da metrópole, que confina a economia colonial às funções de recepção de emigrantes europeus e/ou abastecedores de matérias-primas.

Nas passagens sobre «O maquinismo e a grande indústria» do *Capital* lemos ainda: «Ao arruinar pela concorrência a sua mão-de-obra indígena (colonial), a indústria mecânica transforma-os (...) em campos de produção das matérias-primas de que necessita. É assim que a Índia foi obrigada a produzir algodão, lã, cânhamo, índigo, etc., para a Grã-Bretanha. Tornando supranumerário ali onde reside uma parte da classe produtiva, a grande indústria necessita da emigração e conseqüentemente, da colonização dos países estrangeiros (é o que Hegel já apontava, lembremos, que se transforma em celeiro de matérias primas para a mãe pátria; é assim que a Austrália se torna um imenso armazém de lã para a Inglaterra.

Uma nova divisão internacional do trabalho, imposta pelos principais centros da grande indústria, transforma deste modo uma parte do globo em campo de produção agrícola para a outra parte, que se torna por excelência o campo de produção industrial»⁸⁴

As vantagens económicas da exploração colonial medem-se, claro em termos de lucro — cuja maximização é o fim do capital — para cada capitalista tomada individualmente como para todos os países capitalistas da Europa ocidental. O comércio colonial, mais ainda que a troca

internacional habitual entre parceiros «desenvolvidos» em concorrência, constitui para a metrópole não apenas uma contra-tendência à lei da baixa tendencial das suas taxas de lucro médio geral, mas também a oportunidade de tirar dessas massas de capitais que ela investiu nas colónias taxas de lucro muito superiores à taxa média e re-injectadas no processo de equalização das taxas de lucro inter-industriais. Isso acelera a dinâmica de crescimento económico do país colonizador reforçando a contra tendência identificada e recusando a «survenue» da sobreprodução. A razão de tais sobreprodutos está ligada ao monopólio, mas também à sobre-exploração imposta aos trabalhadores não assalariados (escravos, entre outros) e ao mais baixo nível de desenvolvimento do capital nas colónias. É o que explica Marx no *Capital*, principalmente na Secção 3 do Livro III. Mas, em muitas outras passagens, retorna aos modos de aumento da mais valia realizados em benefício dos capitalistas da metrópole que garantem o alargamento das vendas fáceis externas e a submissão das colónias. É o caso de muitas análises históricas e «descritivas» do Livro I sobre a acumulação primitiva, como de raciocínios mais abstractos e complexos do Livro II, por exemplo a propósito dos mecanismos da rotação do capital a operar no seio de um modo de produção capitalista generalizado. A polarização de estruturas primitivas pelo impulso do sistema capitalista à escala global é assim nitidamente entendida por Marx e Engels. Portanto não parecem duvidar do facto de que a colonização vai transformar as sociedades pré-capitalistas não europeias e levá-las a um desenvolvimento capitalista local realizado. Mas, os dois autores também vêem claramente os obstáculos que se opõem à extensão capitalista. É primeiro a relação económica estabelecida entre a metrópole e as suas colónias que constitui em si um entrave a esse desenvolvimento, e eles insistem sobre os obstáculos e os imperativos colocados pelo regime colonial que entravam a industrialização à periferia colonizada. É também, já dissemos, a ausência de propriedade privada do solo que gera a progressão do capital. Mas tudo bem considerado, pensam que nenhuma resistência conseguirá permanentemente impedir a implantação e o desdobramento do capitalismo. Às destruições suceder-se-ão mais cedo ou mais tarde a difusão das técnicas modernas e a emergência de indústrias autóctones. Nem Marx nem Engels aceitam a ideia que a evolução do capitalismo no centro poderá interditar a generalização *homogénea* deste modo de produção. Ficarão assim prisioneiros do momento histórico que foi o seu, quando não era ainda visível o impulso futuro — bem no final do séc. XIX — de monopólios financeiros que bloquearão as possibilidades de formação local «normal» de um capitalismo de periferia (colonial, depois neocolonial) e condenarão essa última ao subdesenvolvimento. Resumindo, não podiam aperceber-se que a constituição do capitalismo como sistema mundial seria outra coisa para além da extensão do modo de produção capitalista à escala mundial.

No seu artigo de 1853 sobre «os resultados eventuais da dominação britânica na Índia», Marx escreve: «Os Indianos não colhem os frutos dos elementos da nova sociedade semeados por aqui e por ali entre eles pela burguesia inglesa, visto que na própria Inglaterra as classes dominantes não foram suplantadas pelo proletariado industrial [mas também acrescenta...] onde os próprios hindus não se tornaram suficientemente fortes para rejeitar definitivamente o

jugo inglês»⁸⁵. Citando as suas teses fundamentais segundo as quais as revoluções proletárias que teriam surgido simultaneamente nos países capitalistas avançados eram por si só susceptíveis de acabar com o domínio planetário da burguesia e abrir a era do socialismo, Marx entrevê aqui a ascensão dos movimentos de libertação nacional — sem o dizer. Três anos antes, num artigo de Julho de 1850 publicado no *Neue Rheinische Zeitung*, Marx já havia previsto um avanço social tão rápido na China que os reaccionários europeus apercebendo-se não tardariam a ler na Grande Muralha a seguinte inscrição: «Republica chinesa, liberdade, igualdade, fraternidade»⁸⁶. E num outro artigo do *New York Daily Tribune* consagrado à revolução na China e na Europa», escreve que «o próximo levantamento dos povos da Europa (...) dependerá essencialmente do que se passar no Império Celestial (...) do que de qualquer outra causa política existente» e que se pode facilmente prever que a revolução chinesa destruirá o sistema industrial actual, provocará a explosão da crise geral que se prepara desde há muito e (...) será imediatamente seguida por revoluções políticas no continente»⁸⁷. Assim, acentuava os mecanismos das relações comerciais e monetárias sobre o mercado mundial, e era por intermédio dessas trocas internacionais no circuito mundial do capital que a China estava designada para se colocar em posição de «revolucionar» a Europa — e não pelo exemplo da sua revolução.

Notemos que o simples facto de admitir a possibilidade de uma revolução na China — ou na Índia, e de resto, como Engels afirmou em 1881 («A Índia talvez faça uma revolução, é muito provável» e (o)s mesmos acontecimentos podem realizar-se (...) por exemplo na Argélia ou no Egipto, e isso seria o melhor para nós»⁸⁸) — já é em si extraordinário, devido ao desprezo racial que governava os espíritos e hierarquizava as sociedades da época. O alcance universalizante dessas esperanças de revoluções fora da Europa bastaria por si só para colocar Marx e Engels no campo do humanismo anti-racista mais directo — embora alguns possam duvidar. A verdade é que neles, as lutas destes países colonizados dependentes só poderiam desempenhar um papel secundário, de apoio ou do prolongamento da tarefa histórica que incumbia ao proletariado da Europa ocidental. É a ele que compete fazê-lo e levar o mundo à grande transformação. É a partir do grau de desenvolvimento industrial mais elevado possível que se trata de construir o socialismo — e fundar o modo de produção comunista, novo, superior já que desembaraçado das classes sociais.

Numa carta de 1881 em que Engels responde a Kautsky que o interroga sobre o futuro das colónias, ele estabelece uma distinção entre as «colónias propriamente ditas, ou seja os países ocupados pelas populações europeias» (Canadá, província do Cabo na Africa do Sul, Austrália, etc.), que segundo ele se tornariam independentes, e os países dominados, mas habitados por indígenas (Índia, Argélia, possessões holandesas, portuguesas e espanholas)», que «pelo contrário, devem ser provisoriamente ocupadas pelo proletariado, depois levadas à independência logo que possível»⁸⁹. Acrescentemos: «[d]ifícil dizer como esse processo se realizará. O proletariado a lutar pela sua libertação não pode fazer guerras coloniais (...) A Europa reorganizada e a América do Norte, isso dará um poder tão colossal e um tal exemplo, que os países meio civilizados entrarão por si na esteira; as necessidades económicas (...)

farão o necessário»⁹⁰. Engels chamará ainda, alguns meses mais tarde, a esta anterioridade vitória da revolução proletária em relação às independências nacionais das colónias (além do povoamento).

«Mas o que nos ocupa aqui, não é a situação actual das colónias, é o segredo que a economia política do Mundo Antigo descobriu no Novo, e ingenuamente traído pelas suas elucubrações sobre as colónias. Ei-lo...»⁹¹. Assim termina o Livro I do *Capital*. Afirmando que o estado das colónias só nos interessa como contribuição para compreender o movimento do capital (sendo o seu segredo que «o modo de produção e de acumulação capitalista, e portanto, a propriedade privada capitalista, pressupõe o aniquilamento da propriedade privada fundada sobre o trabalho pessoal, é a expropriação do trabalhador»⁹²), e assim desvendar a relação da exploração (seja «o fundamento oculto de todo o edifício social [e consequentemente da forma política que sustém a relação de soberania e dependência...]»⁹³), Marx e Engels, não minoram a gravidade dos efeitos da colonização; afirmam explicitamente que a sorte dos povos colonizados é pior que a dos trabalhadores metropolitanos. É que opera por todo o lado o sistema de «transformação de sangue de crianças em capital»⁹⁴. Não prestam menos atenção a uns do que a outros. Só, a europeização a que fazem referência não é mais que a expansão do capital — modo de produção burguês de origem exclusiva da Europa ocidental — na direcção de todos os outros continentes; uma expansão terrivelmente dolorosa sem dúvida, mas inevitável, que arrasta todos os povos no mesmo movimento e prosseguirá numa escalada global para finalmente reunir, em benefício da sua emancipação de todos, as condições da revolução mundial.

Não se limitaram a perseguir a mentira da ideologia dominante, até na teoria, nem a radicalizar com o tempo a sua denúncia das abominações e infâmias do colonialismo. Marx e Engels compreenderam também, que era preciso imunizar, com urgência, os proletários europeus contra o veneno do racismo, destilado pelas suas classes dominantes. Em 1856, Engels escrevia já a Marx a este respeito «que sentia que a pretensa liberdade dos cidadãos ingleses tem como fundamento a opressão das colónias»⁹⁵. Se eles não pudessem aperceber-se das determinantes e dos instrumentos do que se ia tornar em breve o imperialismo, que lançaria uma nova vaga de colonização a partir dos últimos anos do Século XIX e que segundo analisarão Hobson, Hilferding, depois Lenine, Marx e Engels no entanto entrevêem o facto de que os povos não europeus são explorados em proveito das sociedades do centro no seu conjunto — incluindo o proletariado, no todo ou em parte — e sentiram manifestamente os perigos do aburguesamento de fracções da classe operária que o acompanha. Escrevendo a Kautsky, Engels afirmará em 1882: «Pergunta-me o que pensam os operários ingleses da política colonial. Sem dúvida o mesmo que pensam os burgueses»⁹⁶. Quase um século depois A. Emmanuel falará da frente comum objectiva que formam, face aos trabalhadores do Terceiro Mundo, a classe operária e a classe burguesa nos Estados capitalistas⁹⁷.

Muito poucos marxistas do Norte ousaram aventurar-se neste terreno pantanoso e o tema (último tabu) que corrompe ainda nos nossos dias as possibilidades de redinamizar a

solidariedade internacionalista dos trabalhadores do Norte, quase extinta, em relação aos povos do Sul. Marx era contudo muito menos timorato, ele que fala desses «milhões de trabalhadores, condenados a morrer nas Índias orientais, para proporcionar ao milhão e meio de trabalhadores na Inglaterra na mesma industria, três anos de prosperidade em cada dez.»⁹⁸ Não designaria assim o proletariado das colónias como uma força revolucionária do futuro? Exprime mesmo o seu receio de ver num dia próximo a burguesia desses países colonizados, em pleno impulso, constituir uma força capaz de esmagar a revolução que iria rebentar, como ele e Engels previam, nos países do centro: «Sobre o continente (europeu) a revolução está iminente e assumirá imediatamente um carácter socialista. Não estava destinada a ser esmagada neste pequeno canto do mundo se consideramos que sobre um território bem maior o movimento da sociedade burguesa é sempre ascendente?»⁹⁹. Mais que um paradoxo —por um lado a convicção do surgimento da revolução nos países capitalistas mais avançados, por outro, a constatação de um aburguesamento dos trabalhadores ingleses — é de uma corrida contra o relógio de que se trata para eles na realidade: as revoluções do Norte chegarão a tempo? Antes que seja tarde?

Inflexão (1): a articulação dos assuntos coloniais e nacionais

Uma inflexão nítida na evolução da reflexão de Marx e Engels sobre a colonização produz-se a contar do fim dos anos 1850. Diz respeito às resistências do povo irlandês ao domínio inglês, o que se exacerba durante o Outono de 1857. Sem exagerar a importância, a sua análise desta «nação desclassificada» que era para eles a Irlanda nada tinha de negligenciável. A sua importância — conjuntural, é certo — em que vão ser obrigados a abordar a problemática colonial, claramente, e pela primeira vez de modo total, em ligação com o problema *nacional*. Na óptica que aqui nos interessa, eles vão examinar o caso da Irlanda, esse «crime (...) antigo de vários séculos»¹⁰⁰, como um conflito *simultaneamente* colonial e nacional. Isso vai obrigá-los a interrogar-se sobre as relações entre a luta de classes na metrópole e a libertação nacional na colónia.

Vivendo em Inglaterra, Marx e Engels, seguem de muito perto os acontecimentos na Irlanda e a formação das suas organizações nacionalistas, entre as quais o fenianismo, cuja actividade insurreccional se intensifica a partir de 1859. Desde o início, a história da Irlanda é para eles a de uma colónia «no verdadeiro sentido» do termo, e é num quadro entendido como autenticamente colonial que se encaminha o seu nacionalismo. «Na Irlanda, escreve Marx numa carta a L. Kugelmann a 29 de Novembro de 1869, os senhores não são como em Inglaterra, os dignitários e os representantes, tradicionais, mas sim os opressores execrados da nação irlandesa»¹⁰¹ Um extracto do *Capital* sobre «a lei geral da acumulação capitalista» afirma: «a Irlanda não é hoje mais que um distrito da Inglaterra separada dela por um grande canal, e que lhe fornece trigo, lã, gado, recrutas para a sua indústria e para o seu exército»¹⁰². Engels por seu lado afirma que antes de submeter a Irlanda «os ingleses souberam fazer aceitar o seu domínio aos homens de todas as raças. Os Galezes, que se

atêm tão furiosamente à sua nacionalidade (...) estão completamente incorporados no Império britânico. Os celtas escoceses, rebeldes até 1745, e quase exterminados pelo governo e a sua própria aristocracia, já não pensam em revoltar-se. Os Franceses das ilhas Normandas combateram a França com furor durante a grande Revolução. Só existem os irlandeses que os ingleses não conseguem vencer (...) Depois da repressão mais feroz, após cada tentativa de extermínio, renascem rapidamente mais fortes que nunca» ¹⁰³.

Mas, no decorrer desta segunda metade do decénio de 1850, e ainda mais no início dos anos 1860, tomam cada vez mais consciência do facto de que as lutas do movimento trabalhador inglês, na época o mais avançado do mundo como realidade social e organização das estruturas sindicais, são hipotecadas pelo «problema irlandês». Desde então, «a emancipação nacional da Irlanda» será considerada como «a primeira condição de que depende a sua própria emancipação social, a dos trabalhadores ingleses» ¹⁰⁴. Essa mudança de percepção de Marx e Engels está ligada à constatação de uma profunda cisão no seio da classe trabalhadora, na Inglaterra; cisão cujo critério é a nacionalidade. A opressão sofrida por esta colónia e o lugar subalterno que lhe confere uma divisão internacional do trabalho totalmente controlado pela Inglaterra obrigam uma parte da mão de obra irlandesa a emigrar para as colónias de povoamento britânico, ou muito massivamente para a própria metrópole, para aí ser lançada no que se costuma chamar «o mercado de trabalho», na concorrência com os trabalhadores ingleses. Nesse contexto, a adesão destes últimos à ideologia racista e segregacionista do nacionalismo das classes dominantes dos seus países coloca o movimento operário inglês no impasse. Longe de formar uma frente unida perante os capitalistas, a classe proletária está assim perigosamente dividida em dois campos, mantidos numa adversidade artificial: os operários ingleses — cujo sentimento de superioridade se alimenta de alguns «privilégios» absurdos— *contra* outros operários, irlandeses.

A libertação da Irlanda é assim abordada como reivindicação que se fundamenta no próprio interesse do proletariado inglês. Marx escreve a L.Kugelman, em 1869: «Estou cada vez mais convencido — e não se trata de inculcar esta ideia à classe operária inglesa — que [esta última] nada poderá fazer de decisivo, aqui, na Inglaterra, se não quebrar de maneira radical, na sua política irlandesa, com a política das classes dominantes, enquanto não fizer causa comum com os irlandeses, mais ainda, se ela não tomar a iniciativa de dissolver a União decidida em 1801 (o *Acto da União* fundindo o Reino Unido da Grã Bretanha com a Irlanda, votado a 2 de Julho de 1800 pelos respectivos parlamentos e entrando em aplicação no ano seguinte] para a substituir por laços (...) livremente consentidos (...). Se não o povo inglês continuará a estar posto de lado pelas suas classes dirigentes, porque é obrigado a fazer frente comum com eles contra a Irlanda. Todo o movimento popular na própria Inglaterra está paralisado pelo conflito com os Irlandeses que formam na Inglaterra uma fracção muito importante da classe operária» ¹⁰⁵.

Também a luta pela libertação da Irlanda leva Marx e Engels a adaptarem as suas posições de modo a procurar os meios de articular movimento operário e reivindicação nacional, ou seja, as ligações entre classes e entre nações. Uma solução é esboçada, introduzindo um conceito de

duas faces: os de nação oprimida (os «*Irlandeses oprimidos*») e de nação de opressores (os «*opressores*» ingleses) ¹⁰⁶. Eis assim colocada a demarcação essencial. Esta reconsideração do problema é importante no que os dois autores consideram a nação «oprimida» embora, respectivamente, a dos «opressores» como formando um todo orgânico e recuperando, dentro de si, a natureza de classes da opressão infligida pelos burgueses exploradores aos proletários explorados. Noutros termos, às ligações *intranacionais* de exploração de classes vêm assim sobrepor-se relações internacionais de dominação.

Marx e Engels põem assim em evidência a potencialidade emancipadora dos ideais nacionalistas do país dominado, de que por seu turno beneficiam os proletários do país dominante, onde, em desforra, um nacionalismo colonialista serve os interesses da burguesia e os proprietários da terra, e subjuga até a classe operária inglesa. A análise soa como um eco longínquo da tese de Rousseau, segundo a qual os laços entre o colonizador e o «selvagem» não seriam os que se imaginam: «Julga-se tão dono dos outros que não deixa de ser mais escravo que eles» ¹⁰⁷. É também talvez um trabalho de inversão do laço de dominação na dialéctica hegeliana do dono e do escravo. Mas há mais, e desta vez na prática: o combate contínuo na Irlanda, pelo seu anticolonialismo radical e pela sua dimensão social (por vezes reconhecida, já que o fenianismo, dirigido contra a apropriação do solo, é igualmente apoiado (pela sua «tendência socialista» e como «movimento das camadas inferiores»), poderia representar o detonador, e não somente o amplificador, das lutas operárias inglesas. Marx escreve a Engels a 10 de Dezembro de 1869: «Já creio há muito tempo que é o impulso do movimento operário inglês que permitiria virar o regime irlandês (...) Um estudo mais sério convenceu-me do contrário. A classe operária inglesa *nada fará antes* [sublinhado por mim] R.H.) de se ter desembaraçado da Irlanda. É na Irlanda que deve ser aplicada a alavanca. ¹⁰⁸. Sob o impulso dos acontecimentos, a ordem das prioridades estabelecida até agora vê-se actualmente modificada: já não é a revolução em Inglaterra que se trata de promover primeiro, para depois regularizar a questão da Irlanda; é pelo contrário, a libertação da «nação oprimida» que constitui a partir de agora um preâmbulo à emancipação do proletariado na «nação opressora». A ideia simultânea dos dois movimentos, social e anticolonial, modifica totalmente a perspectiva política, no sentido de aliança das forças catalisadoras, que só estão desunidas por uma estratégia decidida pelas classes dominantes e que baralha a classe proletária. As lutas para o socialismo e para a libertação nacional tornam-se agora solidárias, e já não antagonistas, ou subordinadas uma à outra.

Apoiar as reivindicações para o direito à autodeterminação da Irlanda é assim um dever da classe operária inglesa. Isso supõe da sua parte o abandono das discriminações e preconceitos exercidos contra os trabalhadores estrangeiros de que está impregnada a ideologia burguesa. Trata-se para Marx e Engels, concretamente de combater as resistências nacionalistas das *Trade Unions* e convencer os operários ingleses que a sua sorte está intimamente ligada aos destinos da Irlanda, aos avanços da sua libertação nacional vista como condição primeira. Marx expõe os cálculos que daí decorrem numa carta de Abril de 1870: «A Inglaterra, como metrópole do capital (...) potência mundial dominando até agora o mercado, é

por agora o país mais importante para a revolução operária, ou seja, o único em que as condições materiais desta revolução atingiram um certo grau de maturidade»¹⁰⁹, Assim se ela é a muralha (*bulwalk*) do senhorio e do capitalismo europeus, o único ponto em que se pode vibrar um grande golpe na Inglaterra oficial, é na Irlanda»¹¹⁰. O raciocínio é claro; e é esta clareza que assusta: num primeiro tempo a Irlanda, principal bastião da grande propriedade rural inglesa, é a cidadela a atacar para destruir os senhores ingleses; num segundo tempo, a perda desta colónia levará ao afundamento do Império britânico, de modo que, escreve Marx, numa carta a Lafargue a 5 de Março de 1870, «a luta de classes na Inglaterra até hoje adormecida e fraca tomará forças vigorosas»¹¹¹.

A Irlanda aparece assim como um momento decisivo na reflexão de Marx e Engels sobre a colonização. Mas esse momento foi de curta duração. Pois essa estratégia criada à volta da Irlanda e construída sobre a sua convicção da eminência de uma revolução proletária na Inglaterra, ficará apenas como projecto, como esperança. Os factos históricos frustraram as suas previsões embora ficasse a perspectiva — a esperança — de uma revolução quase a acontecer na Europa. A viragem que deveria tomar a guerra franco-alemã em 1870, depois principalmente o esmagamento da Comuna de Paris, iriam em breve efectuar uma modificação da estratégia prevista e a translação do centro de gravidade da revolução europeia no continente. Mais exactamente para a Alemanha. O princípio de uma correlação existente entre nação oprimida e nação opressora ainda não se alterara; nem a apreciação da questão irlandesa, mesmo quando esta já não podia desempenhar o papel de catalisador do processo revolucionário na Europa. Entretanto, as possibilidades de sucesso de uma insurreição na Irlanda estavam drasticamente reduzidas.

No caso da Irlanda — assim como em outros países europeus, a começar pela Polónia —¹¹² — sentimos em Marx e Engels uma recusa em generalizar, elaborar modelos sistemáticos, para integrar sem reserva a dinâmica nacional na teoria da revolução. É o aprofundamento de situações concretas, em evolução, e de escolhas, caso a caso, que retornam à estratégia a determinar e definir as atitudes tácticas a adoptar, ajustando as posições teóricas em função dos dados reais em mudança sobre o processo histórico. Pois o seu posicionamento sobre a colonização, e sobre o resto, é ainda e sempre guiado pela preocupação permanente da vitória das revoluções, como o surgimento — mundial — do comunismo. O essencial está lá. Impossível esquecer-lo.

Embora actuais nessa ideia, voltarão muitas vezes aos riscos que comportam a divisão do proletariado e o aburguesamento dos operários ingleses. A propósito de uma tentativa cartista por E. Jones, visando criar uma aliança com a fracção mais radical da burguesia inglesa e sacrificando em parte as reivindicações do movimento socialista, Engels escrevia a Marx em 1858: «A tentativa de Jones parece-me (...) em correlação com o facto de que o proletariado inglês se aburguesa cada vez mais, de modo que esta nação, cada vez mais burguesa parece querer finalmente ter uma aristocracia burguesa e um proletariado burguês ao lado da burguesia propriamente dita. Numa nação que explora o mundo inteiro, esta ambição é, sem dúvida, de certo modo justificada»¹¹³. Anos mais tarde, Engels vai endurecer ainda mais o tom,

numa carta de 1882 dirigida a Kautsky e interrogando-se sobre o futuro das colónias.: «Os operários [ingleses] participam no monopólio colonial e comercial da Inglaterra e disso vivem alegremente»¹¹⁴.

A recuperação que o próprio Engels iniciara, a partir de 1880-19881, mostra-o concentrado na preparação da revolução que ele sentia chegar à Europa, e animado pela sua concepção das «etapas económicas» do desenvolvimento. Vemo-lo redobrar de desconfiança face aos «arrebatamentos nacionalistas» que observa em várias colónias. Mostra-se sobretudo neste período pelo menos, açambarcado, obnubilado, crispado pelas necessidades praticas do presente e a pesagem das possibilidades do futuro do movimento operário alemão, a tal ponto que «regressa» por assim dizer, em virtude do que pensa já há muito, à questão irlandesa. O carácter nacional desta luta está colocado entre parêntesis, deliberadamente e não sentirá nesta resistência mais que o seu fundo rural.

Se souberam reconhecer a imbricação dos assuntos coloniais e nacionais no caso irlandês, Marx e Engels não se sentem autorizados a transportar mais para o Sul, em direcção das outras colónias, esta interpretação da ligação da nação «oprimida» aos «opressores».

Escolhem permanecer numa visão que pára mesmo antes da análise *completa* das consequências da colonização sobre a nação subjugada, dentro de uma compreensão do facto que o impulso do capital à escala planetária impõe ao conflito de classes uma polarização adicional, de nação a nação, já não perdem tempo a examinar demais os feitos do impulso de forças de libertação nacional, que ocuparão a frente do palco durante todo o século seguinte. Cem anos antes das descolonizações afro-asiáticas, sem dúvida que essa tarefa era árdua. Mas quando Marx se inclinou sobre a primeira vaga de independências das colónias, latino-americanas em espécie, o mal-entendido foi terrível. E continua a sê-lo hoje, se pensarmos nos comentários que suscita o seu retrato pouco brilhante (e infeliz) do papel histórico de Simon Bolívar. Marx na verdade disse o pior. Continuamos a avançar principalmente na América Latina onde a figura do *Libertador* é o estandarte revolucionário de todo um continente desde há dois séculos, as fontes de informação insuficientes, enviesadas, unilateralmente hostis a Bolívar de que Marx dispunha para escrever o seu artigo.¹¹⁵ O argumento é limitado; em todo o caso, não está à altura do problema. Marx não era daqueles a quem os discursos dominantes influenciassem, e ele tinha estudado a história do mundo com mais profundidade que muitos dos seus contemporâneos. O facto é que ele não soube avaliar o génio de Bolívar. Porque não? Sem dúvida por que este último ergueu os seus exércitos rebeldes contra uma Espanha — onde a chegada da revolução teria exigido primeiro, segundo Marx, uma grande centralização monárquica que falta à história hispânica, ligada ao sistema de dominação do tipo otomano, ou até de certos «regimes asiáticos» — em nome dos ideais das repúblicas independentes sim, mas também e fundamentalmente de uma «federação de nações», opção que os dois fundadores do marxismo combateram ferozmente e continuaram a combater para a Europa, recusando toda a perspectiva federalista que se inspirasse no modelo norte-americano.

Ora, nesse tema particular, e delicado, como nos outros, temos de seguir a lógica do raciocínio de Marx e Engels, mesmo nas suas limitações teórico-históricas. Pois, na sua análise *geral* do facto colonial, como extensão indiferenciada do mundo inteiro da esfera mercantil sob domínio burguês, um certo «cosmopolitismo» vem eclipsar a entidade nacional. Com precipitação indubitavelmente, mas sobretudo na intenção primeira de iluminar a tendência *imparável* da mundialização do capitalismo. Já, o *Manifesto*, publicado cinco anos antes dos artigos de Marx sobre a Índia colonial, ilustrava essas restrições — e essas reticências — no tratamento da questão nacional.

Quando examinam a conquista da Argélia, a mola nacional do levantamento feito por Abdelkader não é entendida ou sequer esboçada.

Assim, a natureza profunda desta resistência argelina, principalmente desde a primeira campanha de 1845, não podia evidentemente ser reduzida a uma reacção «beduína»¹¹⁶, ou a algumas motivações religiosas. Embora os traços de uma luta patriótica já sejam visíveis, o trabalho de formação da nação argelina escapa à sua análise histórica. E se por vezes Engels utiliza o termo «nacional» a este propósito, o qualificativo é nestes casos sinónimo de «local». O mesmo acontece no artigo que Marx publicará sobre Bugeaud na *New American Cyclopaedia*, onde o reconhecimento da ligação da população autóctone à independência não o leva a interrogar-se sobre o seu carácter *já* nacional. A colonização não existe como fenómeno político, pelo menos do ponto de vista da nação ocupada¹¹⁷

Notemos pelo contrário e em vazio, o sincronismo que Marx estabelece muito explicitamente entre colonialismo e anti-socialismo no mesmo artigo de 1857. Ele relewa que no dizer do Marechal de France (marquês de La Piconnerie acima do mercado) o movimento operário não se bate nas ruas de Paris no decurso da Revolução de 1848 e, paralelamente, a resistência que conduz o emir Abdelkader na Argélia, participam de uma «subversão» comum e exigem por este facto um castigo similar, já que são os mesmos chefes militares que garantem a junção entre a repressão dirigida contra os operários na metrópole e a das rebeliões populares nas colónias. Ou seja, o laço entre a acção contra-revolucionária no centro e a guerra colonial em países conquistados.

Temos de notar que Marx e Engels falaram de modo diverso da Ásia. E principalmente da China, sobre a qual sublinham a motivação nacional dos resistentes às guerras de agressão inglesas¹¹⁸. Isto também é verdadeiro por exemplo, para o Afeganistão, reconhecido como fazendo parte dos autênticos «povos históricos» e comparado, por Engels, a «uma das Polónias do Oriente»¹¹⁹ que nada teria de uma entidade estagnada, inapta para combates militares e incapaz de evolução histórica, *Idem*, embora em menor grau, para a Birmânia, entre outros países. O mesmo Engels escrevendo a Bernstein em 1882, analisaria o levantamento egípcio contra a intervenção da Inglaterra, vinda no apoio ao jugo otomano e através dela à sua própria hegemonia, como indicio manifesto da afirmação de uma luta do povo dominado, mas restabelecendo-a como uma simples «insurreição popular milenar» e apagando a

dissensão intrinsecamente nacional do movimento comandado por Arabi Pacha. Assim: «Parece-me que sobre a questão egípcia, se interessam demais pelo partido digamos nacional. De Arabi não sabemos grande coisa, mas podemos imaginar que é um paxá normal (...) bom oriental. É de novo a história eterna dos países de *camponeses*. Da Irlanda até à Rússia, da Ásia Menor até ao Egito, o camponês num país de camponeses existe para ser explorado. O sátrapa, aliás paxá é a forma principal de explorador no Oriente (...). E nós os socialistas da Europa ocidental, não nos deveríamos deixar prender tão facilmente» ¹²⁰

Este desafio de Engels vis a vis do facto nacional, manifestado nestes países longínquos, fora do perímetro europeu, exprime-se ainda aqui: «mal acontece em qualquer lado um motim e logo todo o mundo revolucionário latino se entusiasma sem qualquer reflexão. Na minha opinião, nós podemos muito bem tomar o partido dos felás oprimidos sem partilhar as suas ilusões, pois um povo de camponeses tem necessidade de ser enganado durante séculos, antes que a experiência lhes sirva de lição, e estigmatizar as brutalidades dos ingleses, sem por isso sermos solidários com os seus adversários militares momentâneos» ¹²¹. Resumindo, fora da Europa, a avaliação das forças nacionalistas fica incerta, inibida.

Na medida em que a generalização do caso irlandês ao resto das colónias não seja aceite, e em que as resistências locais à colonização estão longe de serem todas entendidas como sendo impulsionadas pelo objectivo de libertação nacional, esta redução dos contornos de análise, que obriga também Marx e Engels na sua exploração das formações sociais extra-europeias, assim como as comunidades ditas «arcaicas», iria servir muito tempo de pretexto a muitos teóricos marxistas para se desviar da necessidade, ainda que fundamental, de clarificar a dificuldade relativa à articulação das questões colonial e nacional. Uma das causas da divergência que surgirá entre «Junius» e Lenine está igualmente, sem dúvida ligada a este inacabar, a esta incompletude dos raciocínios de Marx e Engels sobre o assunto.

Inflexão (2): não linearidade da história e saltos em frente

Uma outra inflexão do pensamento de Marx e Engels sobre a colonização intervém a propósito da Rússia. Esse país representou durante muito tempo aos seus olhos a potência autocrática por excelência, a mais reaccionária da Europa, inimiga de todo o progresso e fortaleza da contra-revolução. A Rússia acumulava segundo eles os traços opressivos das monarquias absolutas europeias e as do «despotismo asiático», centralizador e repousando sobre a exploração de uma multidão esparsa de aldeias. Entenderam melhor que os observadores da época a importância e as repercussões da expansão territorial russa até ao Pacífico — ou aos confins da Índia, especialmente os dos episódios de rivalidade com a Inglaterra na Pérsia e no Afeganistão. O alargamento russo é de resto visto sob o seu aspecto de colonização terrestre, principalmente no artigo (assinado em seu nome por Marx, mas redigido por Engels) que apareceu na *New York Daily Tribune* de 18 de Novembro de 1858. «é um facto que a Rússia será em breve a primeira potência asiática e eclipsará (...) a Inglaterra [neste] continente. A conquista da Ásia Central e a anexação da Manchúria aumentam as suas possessões com um

território tão grande como a Europa sem o império russo e que se estende da Sibéria das neves até às zonas temperadas. Em pouco tempo os vales dos rios da Ásia central e do Amur serão povoados por colonos russos»¹²². Mas com maior frequência, o «problema russo», não isolado das suas interações com os acontecimentos da Alemanha (e da Polónia) é decifrado na óptica das revoluções que surgem no Ocidente.

Em 1848, vinte e um anos antes da carta de Marx a Kugelman indicando a sua nova cronologia revolucionária (um Irlanda, dois Inglaterra), Engels tinha procedido a uma inversão semelhante, num artigo da *Neue Rheinische Zeitung*, no que dizia respeito às prioridades a dar às emancipações respectivas da Alemanha e da Polónia. «A instauração de uma Polónia democrática é a condição primeira da instauração de uma Alemanha democrática»¹²³. Era a época da russofobia, também partilhada por Marx e denunciada com veemência por Bakounine¹²⁴, que lhe fazia adoptar tal posição. «Enquanto ajudarmos a oprimir a Polónia, enquanto agrilhoarmos uma parte da Polónia à Alemanha, enquanto ficarmos presos à Rússia e à política russa, não conseguiremos quebrar em nós [a Alemanha] o absolutismo patriarco-feudal»¹²⁵. E isso, afirma até em 1849, não deixa «pôr em causa todo o equilíbrio europeu». Mas, numa carta que dirige a Engels, Marx afirma, em Outubro de 1858: «a revolução começou na Rússia»¹²⁶, mesmo se, lúcido, acrescenta que «a mudança actual» desta «primeira revolução» contribui principalmente não para enfraquecer, mas para reforçar a autocracia do czar, e que a ameaça russa continua a pesar sobre a Europa. É que uma mudança de percepção se operou gradualmente neles, na atmosfera de reformas institucionais dos anos 1855-1860. Acabam por levar em conta as transformações internas do país, secretamente trabalhado pelas suas forças revolucionárias. Uma série de acontecimentos iria de facto levar Marx a diluir sem os dissipar totalmente os seus primeiros sentimentos críticos, a efervescência revolucionária e a progressiva emancipação dos servos, claro, a publicação também — e o sucesso — do *Capital* em russo, assim como a formação dentro da Associação Internacional dos Trabalhadores de uma «secção anti-bakuninista», mas sobretudo a leitura de autores russos (Tchernychevski, Fièrovski...) e as trocas epistolares mantidas com muitos dos principais representantes do socialismo russo da época, N. Danielson¹²⁷ em particular (o tradutor do livro I do *Capital*, sob o nome de Nikolai-on, auxiliado nesta missão por G. Lopatine, em 1872). Depois de ter aceitado a função de secretário da Internacional correspondente para a Rússia, Marx — que aprendera russo para, segundo ele, «poder julgar com conhecimento de causa o desenvolvimento económico da Rússia»¹²⁸ — foi levado a pronunciar-se sobre o funcionamento da colectividade camponesa russa ou *mir*, como o sistema de propriedade colectiva das terras que os camponeses redistribuíam então periodicamente entre si a fim de atenuar a desigualdade das parcelas cultivadas, chamada *obchtchina*.

Em Fevereiro de 1881, Vera Zassoulitch escreveu a Marx para ele prestar esclarecimentos sobre as perspectivas da evolução da Rússia a partir da comuna rural, e mais precisamente das capacidades de um desenvolvimento ulterior na via socialista que lhe permite o seu carácter colectivo e o seu meio histórico. As questões colocadas pela revolucionária russa, antiga anarquista e militante da organização *Zemlia i Volia* (terra e liberdade) sugerem que a

dissolução da comunidade rural não terminou, que a Rússia está longe de ter atingido um nível industrial comparável ao da Europa ocidental e que as lutas revolucionárias deveriam concentrar-se prioritariamente sobre o apoio a dar, menos aos trabalhadores proletários das vilas, «afogados na massa dos camponeses» que a estes últimos. A dificuldade é assim de saber se, após uma revolução social, e apoiando-se nas formas de propriedade e de trabalho colectivos pré-capitalistas subsistem em grande escala, a Rússia poderia beneficiar do contexto excepcional da época para passar directamente do sistema económico socialista, sem ter de conhecer os «antagonismos gritantes», a atravessar «peripécias terríveis», nem a sofrer os «desastres periódicos» do capitalismo.

Na sua resposta, que redige em francês ¹²⁹, Marx menciona primeiro o que considera ser um mal-entendido quanto à evolução do sistema capitalista. Ele restringe estritamente à Europa ocidental a «fatalidade histórica» ¹³⁰ do processo de separação do produtor dos meios de produção, o que só se conseguira em Inglaterra, tinha começado com a expropriação dos camponeses e se desdobra então com a propriedade capitalista fundada sobre o salário. Marx escrevia assim: «neste movimento ocidental, trata-se assim da transformação de uma forma de propriedade privada numa outra forma de propriedade privada. Nos camponeses russos, ter-se-ia ao contrário transformado a sua propriedade comum em propriedade privada. A análise do *Capital* não oferece razões nem contra nem a favor da vitalidade da comuna rural» ¹³¹. Eis o que diz: «a marcha fatal das coisas» de que fala *O Capital* não se aplica independentemente das «circunstâncias históricas». «Tudo depende [do] meio histórico» onde se encontra colocado. ¹³² «A terra entre as mãos dos camponeses russos nunca fora propriedade privada deles, portanto como saberiam eles aplicá-la? ¹³³, pergunta no seu primeiro rascunho da carta a Zassoulitch.

Mas, nas suas notas preliminares, vemos Marx interrogar-se mais à frente: como a comuna russa que «se apresenta por todo o lado como o tipo mais recente da formação arcaica das sociedades» e oculta «um dualismo íntimo» entre a economia não mercantil e produção para o mercado, poderia escapar à sua «dissolução fatal», já que subindo muito alto, se encontra em toda a Europa ocidental a propriedade comum [e que ela] desapareceu em todo o lado com o progresso» ¹³⁴? Porque sofreria melhor sorte na Rússia? E ele responde: «porque na Rússia graças a uma combinação de circunstâncias únicas, a comuna rural pode gradualmente soltar-se das suas características primitivas e desenvolver-se directamente como um elemento da produção colectiva numa escala nacional.

(...) Só na Europa, ela se manteve como forma quase predominante da vida popular e alargada a um imenso império. Se ela possui na propriedade comum do solo a base da apropriação colectiva, o seu meio histórico, a contemporaneidade da produção capitalista, empresta-lhe, no entanto, as condições materiais do trabalho em comum numa vasta escala. (...) [S]em passar pela forquilha (do capitalismo) ela pode tornar-se gradualmente (...) o ponto de partida do sistema económico para o qual tende a sociedade moderna (ou seja, o comunismo) e ter uma nova pele.» ¹³⁵

Para que ela possa servir de «elemento regenerador da sociedade russa»¹³⁶ e à transição socialista, sem passagem capitalista, uma série de condições é enumerada, de ordem dispersa, e entre as rasuras, nesses mesmos caldos.: é preciso começar a assegurar-lhe as «condições normais» de desenvolvimento espontâneo», pois «por todo o lado o camponês é o inimigo da mudança brusca»¹³⁷, mas também tirar proveito da «contemporaneidade da produção capitalista no Ocidente» a fim de incorporar à comuna todas as aquisições positivas elaboradas pelo sistema capitalista»¹³⁸; depois substituir a autoridade (czarista) por uma assembleia de camponeses escolhida pelas próprias comunas e servindo de órgãos económico-administrativos dos seus interesses¹³⁹; e ainda mobilizar os avanços necessários (que «lhe deve a sociedade russa que viveu durante muito tempo à custa do camponês») para uma tal transição. E tudo se fará «no meio de um levantamento geral», pois para salvar a comuna russa é necessária uma revolução russa»¹⁴⁰. Marx nada mais diz sobre as condições desta injeção de recursos para o desenvolvimento e a modernização das sociedades rurais na revolução socialista — problema que enfrentam desde Lenine, desde 1917, depois Mao e todos os líderes revolucionários vitoriosos à cabeça de países «subdesenvolvidos» —; e menos ainda sobre os riscos confirmados nos factos) de transferência de *surplus* das regiões rurais para os pólos urbanos de industrialização dos países em revolução. Mas o que nos diz *já é muito*.

Um exame aprofundado da comuna russa leva então Marx a considerar que em teoria, o *obchtchina* correspondia à base susceptível de reduzir o tempo histórico necessário à Rússia ainda maioritariamente agrária, para cumprir a sua revolução social. A leitura da obra de Fiérovski sobre a *A Situação da Classe Trabalhadora na Rússia*, surgida em 1869 em São Petersburgo não levava Marx a dizer que «sem equívoco» na Rússia (... uma revolução social terrível é inevitável»¹⁴¹? Ou que «trabalhos como os de Tchernychevski (...) provam que o vosso país [a Rússia] começa (...) a tomar parte no movimento geral do nosso século»¹⁴²? O prefácio à segunda edição russa do *Manifesto* não anunciará já em 1882, que «a Rússia é a guarda-avançada do movimento revolucionário da Europa»¹⁴³? E o «ponto de apoio da regeneração social», é a comuna russa. Marx e Engels acrescentemos: «se a revolução russa dá o sinal de uma revolução proletária no Ocidente, e que os dois se completam, a propriedade colectiva actual da Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista»¹⁴⁴. Mais uma vez, as posições, as recomendações são adaptadas às evoluções políticas em curso, como seria o caso um pouco mais tarde da deslocação do centro de gravidade da revolução para o continente.

Há hesitações, sem dúvida, a lista dos requisitos postos nos seus rascunhos, mas reconhecemos que a resposta final de Marx a Zassoulitch é inequivocamente: o que está anunciado, é a ideia de uma multiplicidade de vozes concretas de passagem ao socialismo. Mas igualmente a de uma visão da história capaz de se mover, segundo os «meios» observados, por *saltos para a frente*. Em Novembro de 1877, numa outra carta, a «Mikhailovski», que enviou dessa vez para a redacção das *Otchestvenniye Zapisky* (os *Anais da Pátria*), Marx já se tinha confrontado com esta questão de saber se a Rússia [devia]

começar por destruir, como [o queriam] os seus economistas liberais, a comuna rural para passar ao regime capitalista, ou se (...) ela [podia] sem sofrer as torturas desse regime, apropriar-se dos frutos desenvolvendo os seus próprios dados históricos»¹⁴⁵. Contra os que procuravam, dizia, «metamorfosar o seu «esboço» histórico da génese do capitalismo da Europa ocidental numa teoria histórico-filosófica da marcha geral, fatalmente imposta a todos os povos, quaisquer que sejam as circunstâncias históricas onde se encontram colocados, para chegar [finalmente] a esta formação económica que assegura (...) o desenvolvimento mais integral do homem»¹⁴⁶. Marx respondia, como o fará numa carta curta que vai enviar finalmente a Zassoulitch, lembrando que «o capítulo] do *Capital*], sobre a acumulação primitiva só pretende traçar a via pela qual, na Europa Ocidental, a ordem económica capitalista saiu das entranhas da ordem feudal [e] expõe assim o movimento histórico que, fazia separar os produtores dos seus meios de produção, converteu os primeiros em assalariados e os detentores dos últimos em capitalistas»¹⁴⁷. Consequentemente, tudo o que se pode deduzir deste «esboço histórico» no que respeita à evolução da Rússia se resume em: «se [o país] tende a tornar-se uma nação capitalista como as nações da Europa ocidental (...) ela não o conseguirá sem ter previamente transformado uma boa parte dos seus camponeses em proletários, e depois, uma vez trazidos ao seio do regime capitalista, ela vai submeter-se às suas leis implacáveis (...) Eis tudo»¹⁴⁸. A conclusão da carta a Mikhailovski» era assim límpida como a mensagem transmitida a Zassoulitch: «os acontecimentos de uma analogia impressionante [os destinos dos plebeus da Roma antiga e dos camponeses proletarizados do capitalismo em formação], mas passando-se em *meios históricos diferentes* [sublinhado por mim, R.H.] trazendo resultados completamente diversos [a saber, a escravatura antiga ou o assalariado moderno]. Considerando cada uma destas evoluções à parte, e comparando-as, facilmente se encontra a chave (...) mas nunca se chega ao *passe-partout* de uma teoria histórico-filosófica geral, de que a virtude suprema consiste em ser super-histórica»¹⁴⁹. Mais de dez anos depois do Livro I do *Capital*, o ponto vital das interrogações de Marx sobre a questão agrária parecia ser assim de uma importância teórica e política maior, já que é o curso de uma história plural, ou *não linear*, que se entreabre. O cuidado insistente expresso por Marx em 1877, depois em 1881, exige que o cenário do *Capital* não seja tomado por modelo de um agendamento que seria unívoco, de uma imbricação social determinista: o desenvolvimento do capitalismo observado na Europa ocidental não pode ser considerado como esquema de uma explicação universalizante nem visto sem discernimento sobre as evoluções próprias das outras sociedades. Toda a tentativa de teorização, que gostaria de explicar as trajetórias históricas de modo indiferenciado, indistinto, se colocaria fora da história e seria por si errónea. A crítica que Marx fórmula por antecipação poderíamos dizer, não denuncia unicamente o idealismo de uma sequência cronológica simples de formações sociais, mas do ponto de vista até científico, o impasse que representa uma tal pretensão — empresa em que ele próprio se sentiu tentado durante muito tempo a entrar e que, no entanto, combatia. Na urgência de dever confrontar as suas hipóteses com a emergência tão esperada das revoluções no continente europeu, Engels virá por sua vez relativizar a «rectificação» de Marx,

explicando as razões conjunturais «A queda do czarismo parecia iminente (...) Qual é o espanto que Marx aconselhe os russos a não se apressarem para se precipitarem no capitalismo?»¹⁵⁰. O que ele próprio vai «corrigir» é a ideia de que um encaminhamento da revolução russa para o socialismo possa acabar de maneira autónoma. No *Epílogo* sobre os *Relatos sociais na Rússia, de 1894*, escreve que o tipo de comuna rural russa «não pode manter-se a si própria (...), não pode sair do seu estado por si própria, mas apenas em união com o proletariado industrial do Ocidente. A vitória do proletariado da Europa ocidental (...), a substituição (...) da produção capitalista pela produção dirigida socialmente, é esse o preâmbulo necessário à [sua] elevação ao mesmo nível.»¹⁵¹. É por estar convencido da inelutabilidade do afundamento do capitalismo avançado e da passagem ao socialismo planificado que Engels acrescenta que «o exemplo e o concurso activo do Ocidente até ao capitalismo são disso uma condição indispensável»¹⁵². É só quando a economia capitalista tiver sido ultrapassada nos [...] países da sua expansão, [que] os países atrasados, graças a este exemplo, verão (...) como se colocam ao serviço da colectividade os meios de produção da industria moderna assim como a propriedade social (...) [e] poderão atrair esse processo sumário do seu desenvolvimento».¹⁵³ Só então será possível a transformação da comuna russa «numa forma superior (...) se os camponeses trabalharem a terra em comum e não separadamente. (...) Isso não poderá acontecer sem que se consiga na Europa ocidental [...] uma revolução proletária vitoriosa que ofereça ao camponês russo as condições necessárias para essa transição. (...) [O que pode] salvar a propriedade comunitária russa (...) é uma revolução proletária na Europa ocidental»¹⁵⁴.

(...) Esse cepticismo de Engels quanto ao futuro próximo da Rússia, Marx não o partilhou inteiramente, ele que, no fim da vida achava possível ver esse país metamorfosear-se a partir de dentro e conhecer uma revolução social. Mas é preciso entender que muitas vezes, mesmo em Engels, as asserções não são fixas, e que há, como Marx afirma, lugar para uma certa incerteza, para a irresolução. É assim, o caso, principalmente quando confia a Kautski, em 1881, a respeito da trajectória futura dos países colonizados «habitados pelos indígenas»: «Quanto a saber que fases sociais e políticas [estes países] deverão depois [após a sua independência] atravessar para chegar também à organização socialista, só poderíamos, acho eu, apresentar hipóteses muito pouco validas»¹⁵⁵. Ou ainda, e *a fortiori*: «só uma coisa é certa: o proletariado vitorioso] na Europa ocidental] não pode impor qualquer forma de felicidade a um povo estrangeiro, sem minar por isso a sua própria vitória»¹⁵⁶.

Inflexão (3): últimas pesquisas sobre a diversidade das formações sociais.

Marx trabalhará até à morte, na escrita da sua obra central, *O Capital*, para a levar o mais longe possível, para lá do Livro I, o único que ele viu publicado. Mas também é verdade que consagrou até aos seus últimos dias uma energia gigantesca à diversificação das suas pesquisas, levadas (numa dezena de línguas) a todos os azimutes, em todos os terrenos — mesmo os de matemáticas, agronomia, etc. Os seus últimos anos foram assim consagrados

entre outras coisas a pensar nas diferenças das dinâmicas sociais no espaço como no tempo. O filósofo anota longamente, conscienciosamente, muitas obras importantes de disciplinas que conhecia bem, tais como a economia e a história, mas principalmente de campos ainda mal descobertos e explorados pelos seus contemporâneos, indo da sociologia à antropologia. Se as leituras de Marx tinham sido sempre devoradoras de bibliotecas, e os seus conhecimentos enciclopédicos, o movimento vai ainda acentuar-se no decorrer desses anos. É aí nos seus últimos esforços, que se apercebe de uma outra inflexão, crucial para o nosso assunto, que ele se afastará um pouco mais, e Engels com ele embora em menor grau, de uma visão um pouco rígida, mecanista — que se lhe atribui muitas vezes erradamente — à interpretação das formações sociais.

No momento em que Marx e Engels começaram a trocar ideias a propósito dos seus primeiros artigos sobre a colonização nos decénios de 1840-1850, a sua concepção da história do mundo adería ainda, em certas nuances, às teses clássicas da época, vindas directamente das Luzes: a linha de evolução da humanidade partiria do Oriente, passaria pela Antiguidade greco-romana e acabaria finalmente na civilização moderna da Europa Ocidental. É desta visão — muito hegeliana — que vão progressivamente, muito cuidadosamente afastar-se. As suas pesquisas sobre as formas antigas de organizações colectivas enriquecem-se de materiais novos, em particular sobre as comunidades agrárias e dos regimes de propriedade rural, vieram pouco a pouco, a aproximar-se das diversas comunidades que estudam (germânica, eslava, indiana, ameríndia...), para se juntar no final de contas a uma forma «primeira» de existência social, anterior ao feudalismo pelo grau de desenvolvimento.

Nas «*Grundrisse*» ou *Manuscritos de 1857-1858*, Marx tinha convocado um conceito de um modo de produção dito «asiático», pré-colonial (e vindo muito da Ásia), mas tinha por assim dizer deixado «de lado» estados sucessivos da produção. Depois, no seu prefácio à *Crítica da economia política* de Janeiro de 1859, duas vias históricas tinham sido tomadas: a primeira de entre elas levava ao feudalismo, depois de se ter lentamente desfeito do modo de produção antigo escravagista, o qual tinha conservado alguns compostos degradados da comunidade primitiva e se tinha visto transformado sob o efeito de povoamentos germânicos ulteriores; a segunda via — ou seja a que tinha precisamente utilizado o conjunto do mundo não europeu, à excepção do Japão, feudal — não permitiu às sociedades interessadas desligar-se do fundo comum colectivo e fixou-as, como que petrificadas, pelo facto da ausência de propriedade privada principalmente num passado sem cessar reiterado. Escreveu: «Em traços gerais, os modos de produção asiáticos [colocado em primeiro lugar] antigo, feudal e burguês moderno podem ser qualificados como épocas progressivas da formação social económica»¹⁵⁷. Nesse quadro, algumas formas comunitárias derivadas da forma primeira, ou de configurações intermediárias, tinham podido subsistir no fim do século XIX, segundo o Marx dessa época, como a comuna rural russa.

A forma social primeira e geral, ou seja, «a propriedade colectiva primitiva», seria assim «a forma primitiva de que se pode estabelecer a presença nos Romanos, Germanos, Celtas, mas que se encontra ainda nos Índios toda uma aferição de espécimes variadas, embora

parcialmente em estado de vestígio¹⁵⁸. E Marx prossegue: «um estudo rigoroso das formas de propriedade colectiva na Ásia e especialmente nas Índias, mostrará que dissolvendo-se, as *diversas* formas de propriedade colectiva primitiva deram origem a *diversas* formas de propriedade. É assim que podemos (...) deduzir os *diversos* tipos originais de propriedade privada em Roma e nos Germanos de *diversas* formas de propriedade colectiva nas Índias (sublinhado por mim RH)¹⁵⁹. Se, como o *Capital* vai anunciar a «génese do capitalismo industrial» vem do processo simultâneo de decomposição do modo de produção feudal e de conquistas do mundo pelo capital mercantil — que traduz a colonização, ou seja a extensão da sociedade capitalista europeia e o seu confronto com outras sociedades, de natureza muito distinta — é no estudo das sociedades pré-capitalistas, ou antes pré-feudais, que se compreendem verdadeiramente as comunidades rurais.

Mas com os *Fundamentos da crítica da economia política*, especialmente nas formas «que precedem a produção capitalista», Marx chega a explorar uma combinação de hipóteses — muito heterogéneas — relativas às formas primitivas, que se caracterizavam por relações de produção indissociáveis de outras ligações colectivas fundamentais (ligações de parentesco, ligações de comunidade local...) Tentando não duplicar esta axiomática sobre um plano muito rígido de evolução, é cada vez mais o trabalho de diferenciação social (principalmente por intermédio da urbanização, de exercício do poder, do Estado, etc.) a funcionar no seio das comunidades rurais vindas da forma primeira que chamou a sua atenção. Assim, a análise de formas de propriedade, podendo varrer o espectro completo das imbricações vindas da propriedade colectiva comunitária para a propriedade privada individualizada (citemos aqui, a título de ilustração, a «forma asiática», descrita pelo *ager publicus*, ou a apropriação da terra pelo Estado), e conseqüentemente também a das relações de dominação e de exploração se encontravam fortalecidas. E entende-se que é sobre este «degrade» de formas comunitárias que veio impor-se a colonização do capital, o que conseguiu articular-se à volta delas pelo viés de «desenvolvimentos puramente locais da produção» e se pôde assim imprimir do mesmo modo a sua trajectória histórica singular à sociedade colonizada «que pode ser algo de novo, (...) uma síntese [dos modos de produção do «povo conquistador» e do «povo conquistado»], (...) produto da sua acção recíproca»¹⁶⁰) — uma trajectória de sociedade que se dobra e retorce em contacto com o capitalismo.

Esta complexificação contínua da reflexão acompanhou a aquisição por Marx e Engels — em quase meio século — de bom número de novos saberes em ciências sociais da época. Preocupam-se com as comunidades germânicas (*cf.* as obras de Maurer sobre a formação das antigas aldeias alemãs, onde «a propriedade privada do solo só aparece tardiamente»¹⁶¹) e eslavas (os trabalhos de von Haxthausen sobre o *mir* russo ou a *zadruga* dos eslavos do Sul, croatas principalmente, onde a propriedade permaneceu comum), a Índia pré-colonial (com Phear du Maine, por exemplo), mas também as aproximações comparativas das relações de parentesco (como a consagrada às organizações sociais ameríndias [e outras] por L. H. Morgan. *A Sociedade antiga* que devia perturbar os preconceitos burgueses) ou as evoluções dos sistemas de propriedade. Sobre este último ponto, é seguramente o livro de

M. Kovalevski, *A Propriedade colectiva do solo* (publicado em Moscovo em 1879), que mais influenciou Marx e Engels. Amigo de Marx, com quem mantinha uma certa interacção intelectual, Kovalevski tinha proposto um fresco sintético das comunidades agrárias pelo qual apresentava o movimento de apropriação privada e a dissolução da comunidade primitiva a partir de uma entidade «pura», «arcaica», onde a vida se mantinha na «comunidade de linhagem» do clã e no trabalho da terra em comum. Outras pesquisas contaram e contribuíram para fazer progredir ainda as análises de Marx e Engels, por exemplo nos domínios da linguística e do direito comparado (onde, anteriormente, no século) Rask e Grimm, separadamente, tinham posto em evidência «as leis da transformação genética» das diferentes línguas europeias modernas a partir de uma matriz ancestral ligada ao sânscrito. Não se poderia esquecer a onda de choque produzida pela publicação da *Origem das Espécies* de Charles Darwin, desvelando as leis da evolução natural, que toca o conjunto das ciências sociais e age, também, sobre os dois fundadores do marxismo.

Mas, inteiramente vindo no fluxo das produções científicas do século XIX, Marx soube atrair, cada vez mais abertamente e lançando as últimas forças nas pesquisas sobre as organizações colectivas do passado como sobre as formações sociais não europeias, uma viragem que volta as costas ao evolucionismo limitado — que lhe atribuem. Os inumeráveis cadernos de notas, que escreveu, emendou rescreveu, ou anotou ¹⁶², revelam itinerários e retornos, as pistas abertas, o seu tactear, as dúvidas que lhe atravessam o pensamento, as interrogações permanentes que o assaltam e tornam a sua interpretação ainda mais difícil. As explicações que dá integram claro na luta de classes, motor do movimento, e ficam condicionadas pela tessitura das forças produtivas e das relações de produção; mas tornam-se cada vez mais relativas, polivalentes, arborescentes, frequentemente comparativas. O lugar de reflexão sobre a colonização será a partir de agora ali, no centro destas novas mutações e fundem-se nas transformações da acumulação primitiva. À medida que a história passa a transformação social multiforme, plurilinear, e a análise dos países colonizados a de articulações, de hibridações, de formas colectivas de reprodução social». Marx afasta-se do economicismo estreito, consegue extirpar-se de demonstrações deterministas obtusas que segundo ele tantos «ortodoxos» se esforçam em sistematizar e em que vão afundar o marxismo. E ver-se-á por vezes Engels, até ele, ligando menos às tergiversações e às variações que Marx, afastar-se tão ostensivamente do que se esperava dele que será necessário que um ou outro editor, tradutor, comentador inquieto decida segurá-lo, para tentar fazer-lhe entender a razão e levá-lo para o bom caminho. Tal é o caso, entre outros e numerosos exemplos, do seu prefácio à primeira edição da *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*, em 1884. O autor aí afirmava: «Segundo a concepção materialista, o factor determinante em último recurso na história, é a produção e a reprodução da vida imediata. Mas, por sua vez, esta produção tem uma natureza dupla. Por um lado, a produção dos meios de existência, objectos que sirvam para alimentação, ao vestuário, à habitação, e às ferramentas necessárias; por outro lado, a produção dos próprios homens, a propagação da espécie. As instituições sociais sob as quais vivem os homens de uma certa época histórica e de um certo país são determinadas por estas duas espécies de

produções: pelo estádio do desenvolvimento em que se encontram de um lado o trabalho e do outro a família»¹⁶³. Uma nota (a uma das suas edições francesas, tardias) devia corrigir esse «desvio» em forma de recalitrância, esta falha na «doxa» de pressuposições que quiseram perpetuar e pela qual entrava o ar fresco: «há ali uma incerteza de Engels que coloca no mesmo plano, para tornar as condições predeterminantes do desenvolvimento da sociedade e das instituições, a propagação da espécie e a produção dos meios de existência. No decurso da sua obra, pelo contrário, Engels demonstra, ao analisar materiais concretos, que o modo de produção material é o factor principal, determinante do desenvolvimento da sociedade e das suas instituições»¹⁶⁴.

Sob o efeito das suas leituras e correspondência russas, de Kovalevski a Zassoulitch, principalmente, Marx acaba por renunciar a levar ao Oriente todas as origens, e toda a evolução ao vector Ásia-Europa Ocidental. É que, quando começou — juntamente com Engels — a escrever sobre a colonização nos anos de 1840, a sua ruptura com Hegel não estava ainda totalmente consumada. Nessa altura, o método dialéctico tinha sido mantido (sem a «mística») evidentemente, mas também, em larga medida, ainda, nesta velha concepção de uma história universal a desenrolar-se linearmente do mundo oriental para a civilização ocidental, que estava tão nitidamente perceptível nos seus primeiros escritos sobre a colonização. Um certo futuro hegeliano ainda lá permanecia, embora tornado materialista e renovado. O exame mais atento das evoluções dos seus textos sobre o assunto revela que esta ruptura se efectua de facto de modo contínuo, que a fissura é permanente, e se alarga ao longo da sua existência. O tema da colonização, abordado tão frequentemente no decurso dos acontecimentos, ao acaso da actualidade internacional, nos comentários cada vez mais afastados das razões filosóficas iniciais, é, contudo, um dos locais em que a relação de Marx (e Engels) com Hegel se fende. Esse processo indica às duas extremidades do seu trabalho teórico-histórico mesmo no início, a quando da formação do materialismo histórico, erigido principalmente contra o idealismo hegeliano — de 1843 a 1845, primeiro momento da ruptura — mesmo no fim da sua reflexão comum, e principalmente no que se referia às comunidades rurais e sobre os tipos de propriedade rural, quando acabam por se libertar do peso dessa percepção mecanista e finalista da história, a fim de tentarem manter-se longe das derivas reducionistas e das «marchas forçadas» — ou seja, no que diz respeito a Marx, entre os anos de 1877 e 1851 principalmente. É neste intervalo que se dá o segundo momento desta ruptura com Hegel, tão crucial como as dos anos de juventude.

A ruptura será assim tão definitiva? Há certas dúvidas, pelo menos num ponto bem preciso. A saída das suas fronteiras nacionais empreendida pelo capitalista salda-se igualmente — como em Hegel — por um azar. Pois o que espera o capital no mercado mundial, é ainda e sempre a crise. Para Marx, a exigência imposta ao capital para se lançar para fora, com a finalidade de produzir ainda mais valia, está contida na necessidade de ampliar a base da centralização dos capitais. É aí, no centro desse processo de concentração do capital, que se situa a colonização. Em todo o lado opera então a dialéctica das contradições: entre a grande indústria e o mercado mundial que ela criou, mas de que depende, entre esse mesmo «mercado do

universo» e as forças produtivas que o propulsionam sob o efeito do progresso técnico em especial, mas em que o dinamismo reside na «entrada de todas as nações nas batalhas da concorrência» e «a extensão mundial do comércio» tendo por base a própria grande indústria; mas a contradição também entre *espaço e tempo*¹⁶⁵. Embora «limitado por natureza», o capital tende a um desenvolvimento universal das forças produtivas. O modo de produção capitalista deve dominar um espaço indiferenciado, generalizado, mas o problema da saída externa fica inteiro. A contradição surge precisamente entre o encurtamento do período de produção e o imperativo de alargar os mercados, que mobiliza cada vez mais capitais, e durante mais tempo, e reduz assim o efeito positivo do aumento da produtividade do trabalho sobre as taxas de lucro. O crescimento do capital-dinheiro pode claro apoiar-se sobre o recurso massivo ao crédito (principalmente, público) mas efectua-se igualmente pela retracção acentuada do período de circulação, graças à modernização dos meios de comunicação. «[O] capital deve tender a encurtar todo o limite local contrário (...) à troca, a conquistar toda a terra para daí fazer o seu mercado», mas simultaneamente, «visa a destruir o espaço temporalmente (...) a diminuir ao mínimo o tempo necessário para ir de um ponto a outro»¹⁶⁶. Marx explica assim que «o mercado é limitado» espacialmente, «o mercado interior [estando] restrito em relação a um mercado interior e exterior, que o é em relação ao mercado mundial», e temporalmente na medida em que este último, «bem que susceptível de extensão, é ele próprio limitado *no tempo* [sublinhado por mim, R.H.]»¹⁶⁷

Daí, a contradição entre as condições de produção e as de realização da mais-valia procura resolver-se no mercado mundial — e principalmente pela colonização. Mas, como em Hegel, era «noutros povos» que a sociedade civil devia ir procurar matérias primas e saídas externas a fim de calar os protestos dos seus desfavorecidos, donde podia surgir o espírito de revolta que tornava inelutável o aparecimento e o reforço, para ela mortais, de uma «populaça» esta solução «de fora» — na colonização — para Marx não é mais que uma ficção. Por esta escapatória, as contradições inerentes ao sistema capitalista, só serão ilusoriamente desfeitas, porque apenas deslocadas, e sobretudo agravadas. Pois o seu desdobramento acaba por «resolver-se» na realidade em crises de sobreprodução do capital. O tempo de alargamento do mercado mundial é mais lento que o da produção e assim «todas as contradições da produção burguesa rebentam colectivamente nas crises gerais do mercado mundial»¹⁶⁸. O que espreita de longe o capitalismo, é o seu afundamento — e para o acompanhar a revolução operária universal. Mas, se o horizonte é revolucionário e se a história não for escrita com antecedência é bem possível que se abra o espectro das possibilidades.

No seu terceiro rascunho da carta a Vera Zassoulitch, Marx afirmava: «As comunidades não são todas talhadas segundo o mesmo padrão. O seu conjunto pelo contrário forma uma série de agrupamentos que diferem de tipo e idade e que marcam as frases de evolução sucessivas. Um destes tipos que se convencionou chamar a comunidade agrícola é também o da comunidade russa. O seu equivalente no Ocidente, é a comunidade germânica (...) de data muito recente (...) Encontra-se a comunidade rural também na Ásia, nos afegãos, etc. (...) mas ela apresenta-se em todo o lado como o tipo mais recente e, por assim dizer, como a última

palavra da formação arcaica das sociedades. É para relevar esse facto que entrei em alguns detalhes a respeito da comunidade germânica»¹⁶⁹. É neste contexto complexificado e consideravelmente alargado que a decomposição das forças comunitárias — retardada mas já engajada — se acelerou bruscamente, sob a violência da colonização. E é esta última que provoca a mutação directa, embora ainda inconclusa, de formações sociais até agora estruturadas em células justapostas de comunidades agrárias em novas sociedades quase desfiguradas pela mercantilização e a propriedade privada. A submissão das formações sociais anteriores — que Marx e Engels qualificam ainda como «arcaicas» — às leis implacáveis do capitalismo, que destroem os antigos «lugares sagrados» realiza-se precisamente no momento colonial.

Um momento que é visto cada vez mais, como um «crime», tanto se radicaliza a condenação do facto colonial em Marx e Engels. Quando tomava notas, por exemplo, sobre a obra de M. Kovalevski, e voltava ao processo de despossessão das terras das populações colonizadas argelinas e sobre a individualização neste país da propriedade rural, confiscada ou resgatada pelos colonos franceses (por vezes simplesmente como especuladores), Marx já não parece acreditar no progresso civilizacional pela colonização, e parece pôr em causa os ininterruptos desenrolamentos de modos de produção. É que a expropriação das terras representa agora para ele «o grande momento de aceleração da longa pauperização da Argélia que é fundamentalmente a sua história colonial»¹⁷⁰. O que se visa, é claro, com os seus primeiros escritos, é como sempre, a rapacidade dos colonos, a malignidade do direito colonial, a brutalidade das operações de conquista, a sede da posse da metrópole (a *fúria francesa* e a chegada dos «chacais» mas acima de tudo, o facto que estes processos *fazem o sistema*.

Mesmo no fim da sua vida, em 1882, Marx, de viagem na Argélia, lançara daí estas palavras ao seu amigo Engels. «Sabemos bem que em toda a parte em que um colono europeu se instale ou simplesmente estacione para os seus negócios no meio das «raças inferiores», em geral, ele considera-se mais intocável que o belo Guilherme I. Mas os Ingleses e os Holandeses ultrapassam os Franceses quanto à arrogância impudente, pretensão, raiva vingativa e crueldade digna de um Moloque para com as «raças inferiores»¹⁷¹ E para não deixar de acrescentar «que todo o leite da ternura humana sai do lado»¹⁷² francês, afirma: «A tortura para arrancar as confissões foi (...) introduzida na Argélia pela colonização; ela é uma das vantagens mais seguras já que se torna rapidamente prática policial corrente»¹⁷³

Embora nunca tivesse tocado o grau do remate da segregação anglo-saxónica (ou holandesa) concedemos que a sociedade colonial francesa dedicou alguns dos seus esforços a fim de se aproximar. Marx escreve ainda: «Para tocar a imaginação (...) procede-se num local de Sidi-Bel-Abbes à execução espectacular de um árabe assassino de um colono, seu patrão, diante de uma multidão numerosa. A família obtém autorização (1) de coser a cabeça antes de enterrar o corpo, o que constitui um favor pois os colonos pensam com efeito matar os indígenas de terror não entregando as cabeças dos muçulmanos decapitados, pois não podem assim entrar no paraíso de Ala»¹⁷⁴.

Assim, a crítica do colonialismo por Marx e por Engels, que vai em crescendo, marca na formação do pensamento marxista um momento decisivo da transição entre as primeiras atitudes, ambivalentes, que acabariam por esfumar-se, e as acusações mais apoiadas ainda, que não tardaram a vir, de Lenine e tantos outros. Nestes últimos textos de Marx e Engels, só encontramos formações sociais de dinâmicas distintas, mas todas fortalecidas pela intrusão colonial ocidental e destruídas até ao mais profundo da sua razão de ser. A actualidade da sua reflexão comum — a ver em toda a sua amplitude e em todas as suas evoluções — é gritante: afirma, fundamentalmente, que o sistema capitalista, apesar dos avanços que possa trazer, não é humanizável, que está em guerra contra toda a humanidade, que tem de ser vencido. Ao lê-los, não nos esquecemos nunca que os dois teóricos fundadores do marxismo eram acima de tudo revolucionários, *actores da transformação do mundo*

Quando tivermos escolhido a profissão que melhor nos permita agir pela humanidade, não nos dobremos sob o fardo e será um sacrifício conseguido para o bem de todos. Assim, longe da alegria pobre, medíocre, do egoísmo, a nossa bondade será a de milhões de seres, os nossos actos vão perpetuar-se, silenciosos, mas eternos, e os homens generosos virão chorar sobre as nossas cinzas

K. Marx, *Composição de Bacharelato*, 1835 (com dezassete anos) 179

«Kant e Fichte vogam voluntariamente no éter. Procuram uma terra longínqua.

Mas eu, procuro apenas entender.

O que encontro — na rua!»

K. Marx, *Poema* 1837 (com dezanove anos)

1. Carta de Marx a Engels de 2 de Abril 1858: *Cartas sobre o Capital*, Edições Sociais, Paris, 1954.
2. Rousseau, *Do Contrato Social* (1762), capítulo IV, «Da escravatura», Garnier-Flammarion, Paris, 1966, p. 48.
3. Marx, *O Capital*, Livro I, 8.ª Secção, capítulo XXX, (tomo 3), Edições Sociais, Paris, 1977, nota 1, p. 188.
4. Hegel, *Princípios da Filosofia do Direito* (1820), Edições Gallimard, Paris, 1995, § 245, p. 262.
5. *Idem*, §247, p. 264.
6. *Idem*, § 248, p. 264.
7. *O Capital*, Livro I, 8.ª Secção, capítulo XXVIII, (tomo 3), p. 178.
8. Ver aqui: «Debates sobre a lei relativa aos roubos dos bosques», *Rheinische Zeitung* (de 25 de Outubro a 3 de Novembro de 1842).

9. Carta de Marx a Engels de 14 de Junho de 1853, em Karl Marx e Friedrich Engels, *Textos sobre o colonialismo* (1959), Edições em línguas estrangeiras, Moscovo, 1978, p. 337.
10. Carta de Marx a Engels de 20 de Novembro de 1865, em *Textos sobre o colonialismo*, p. 344.
11. *Textos sobre o colonialismo*, p. 183.
12. *Idem*, p. 185.
- 13 Editorial do *New York Tribune* de 25 de Maio de 1858, em *Textos sobre o colonialismo*, p. 202.
- 14, *O Capital*, Livro II, 8.^a Secção, capítulo XXXI (tomo 3), p. 194.
15. *Textos sobre o colonialismo*, p. 190.
16. *Ibidem*, p. 185.
17. *Ibidem*, p. 186.
18. *Ibidem*, p. 142.
19. *Ibidem*, p. 176.
20. *Ibidem*, p. 183.
21. Marx e Engels, *A Ideologia Alemã*, Edições Sociais, Paris, 1968, p. 338.
22. Artigo de 1894, do número 23-24 da revista *Bolchevik* em 1932. Ver: *Textos sobre o colonialismo*, p. 332.
23. *O Capital*, Livro I, 8.^a Secção, capítulo XXXI (tomo 3), p. 201.
24. *Idem*, pp. 195-196.
25. *Idem*, p. 195.
26. Ver: Marx, *Manuscritos de 1857-1858* («Grundrisse»), edições Sociais, Paris, 1980, (tomo I), p. 426.
27. Marx, *O Capital*, Livro I, 8.^a Secção, capítulo XXXI, (tomo 3), p. 102.
28. Ver também a carta de Engels a Kautsky de 7 de Fevereiro de 1882: «Duas nações na Europa têm não só o direito mas o dever de serem nacionais antes de serem internacionais, os irlandeses e os polacos. É quando eles são bem nacionais que são completamente internacionais»
- 29 *Textos sobre o colonialismo*, p. 41.
30. *Idem*, pp. 41-42.
31. *Idem*, p. 42.
32. Marx «Formas que precedem a produção capitalista» no Centro de estudos e Pesquisas marxistas (CERM). *Sobre as sociedades pré-capitalistas —Textos escolhidos de Marx, Engels, Lênine*, Estudos Sociais, Paris, p. 206.
- 33 Artigo de Engels intitulado «Extraordinary Revelations» publicado no *The Northern Star* de 22 de Janeiro de 1848.
34. *Le Manifeste communiste*, em Marx, *Œuvres – Economie I*, Marx, Biblioteca da Pléiade, Edições Gallimard, Paris, 1965, p. 163.
35. Marx, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Essentiel, Edições Sociais, 1984, p. 186.
36. *O Capital*, Livro I, 8.^a Secção, capítulo XXXI, (tomo 3), p. 193.

37. Artigo da *Deutsche Brüsseler Zeitung* de 23 de Janeiro de 1848, em *Marx-Engels Werke*, tomo 4, p. 501.
38. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1861/11/2.ht/n>.
39. Artigo de Marx sobre «A Guerra civil norte-americana», em 25 de Outubro 1861 no jornal *Die Presse*.
40. *Marx-Engels Werke*, tomo 7, pp. 298.
41. *Textos sobre o Colonialismo*, p. 97.
42. *Idem*, p. 98.
43. *Ibidem*.
44. *Textos sobre o colonialismo*, p. 99.
45. *O Capital*, Livro I, 8.^a Secção, capítulo XXXI, § «O regime colonial», (tomo 3), p. 193.
46. Carta de Engels a Kautsky de 18 de Setembro 1883, em *Textos sobre o colonialismo*, p. 359.
47. *O Capital*, Livro I, 8.^a Secção, capítulo XXXI, (tomo 3), p. 198.
48. *Textos sobre o colonialismo*, p. 93.
49. *Idem*, pp. 36-37.
50. *Idem*, p. 37.
51. *O Capital*, Livro I, 8.^a Secção, capítulo XXXIII, (tomo 3), p. 209.
52. *Textos sobre o colonialismo*, p. 37.
53. *Ibidem*.
54. Marx, *O Capital*, Livro III, 4.^a Secção, capítulo XX, Edições sociais, Paris, 1974, (tomo 1), pp. 341-342.
55. *Textos sobre o colonialismo*, p. 38.
56. *Idem*, p. 39.
57. Ver: *O capital*, Livro III, (tomo 3), pp. 60-65, 140-141 e 152.
58. *O Capital*, Livro III, 4.^a secção, capítulo XX, (tomo I), pp. 341-342.
59. *Textos sobre o colonialismo*, pp. 39 e s.
60. *Textos sobre o colonialismo*, p. 41.
61. *Textos sobre o Colonialismo*, pp, 143-144.
62. *Idem*, p. 93.
63. *Ibidem*.
64. *Textos sobre o Colonialismo*, p. 94.
65. *Idem*, p. 96.
66. *Ibidem*.
67. *Textos sobre o Colonialismo*, pp. 93-94.
68. *Idem*, p. 98.
69. *Textos sobre o Colonialismo*, pp. 92-99.
70. Marx, *Manuscritos de 1857-1858* (chamados *Grundrisse*», Parte III O capítulo do *Capital*, 2.^a Secção, § «Formas anteriores à produção capitalista», Edições sociais, Paris, 1980, (tomo 2;), pp. 410-452.

71. *Idem*, p. 444.
72. Marx, *O Capital*, Livro II, 1.^a Secção, capítulo 1.^o, § II «Segundo estudo. Função do capital produtivo», Edições sociais, Paris, 1978, (tomo I), pp. 37-38.
73. Marx, *Fundamentos da crítica da economia política*, Edições Anthropo, Paris, 1967, p. 211.
74. Ver, por exemplo, a carta dirigida a 28 de Dezembro de 1846 por «Charles» Marx a Annenkov, de Bruxelas, e sob o «envelope de um francês bárbaro»; em *Œuvres — Economia I*, La Pléiade, pp. 1438-1451.
75. *O Manifesto comunista*, p. 165.
76. *Ibidem*.
77. *Ibidem*.
78. Marx e Engels, *A Ideologia Alemã*, Edições sociais, Paris, 1968, pp. 80-90.
79. *Idem*, p. 88.
80. *Idem*, p. 89.
81. *Ibidem*.
82. Ver: Feuerbach. *Oposição da concepção materialista e idealista*. B. Base real da ideologia 1. Trocas e forças produtivas. <https://www.marxist.org/francais/marx/works/1845/00/kmfe18450000d.htm>
83. *Ibidem*.
84. *O Capital*, Livro I, 4.^a secção, capítulo XV, VII ««A repulsão e atracção dos operários pela fábrica. As crises da industrial do algodão»», pp. 131-132.
85. *Textos sobre o colonialismo*, p. 92.
86. Artigo publicado no nº 2 da revista *Neue Rheinische Zeitung. Politischökonomische Revue*; De Janeiro-Fevereiro de 1850.
87. *Textos sobre o colonialismo*, pp. 16 e. se,
88. Carta de Engels a Kautsky de 12 de Setembro de 1882, em *Textos sobre o colonialismo*, p. 358.
89. *Ibidem*.
90. *Ibidem*.
91. *O Capital*, Livro I, 8.^a Secção, capítulo XXXIII, (tomo 3), p. 215.
92. *Ibidem*.
93. *O Capital*, Livro III, 8.^a Secção, capítulo XL.VIII, § II. «A renda no trabalho!», (tomo 3), p. 172.
94. «Muito do capital que faz hoje a sua aparição nos Estados Unidos sem extracto de nascimento é apenas sangue infantil de fabrico capitalizado ontem em Inglaterra» (*O Capital*, Livro I, 8.^a Secção, capítulo XXXI, (tomo 3), p. 198.
95. *Textos sobre o Colonialismo*, p. 340.
96. *Idem*, pp. 357-358.
97. A. Emmanuel, *A Troca desigual — Ensaio sobre os antagonismos nas relações económicas internacionais* (apresentação crítica e notas teóricas de C. Bettelheim), Maspéro, Paris, 1969.

98. Marx, *Miséria da filosofia*, A. Frank, Paris, 1847, p. 90.
99. Carta de Marx a Engels de 8 de Outubro de 1858, nos *Textos sobre o colonialismo*, p. 343.
100. *Textos sobre o Colonialismo*, p. 348.
101. *Idem*, p. 350.
102. *O Capital*, Livro I, 7.^a Secção, capítulo XXV, V. 6, «A Irlanda», (tomo 3), p. 141.
103. Engels, *História da Irlanda*, nos *Textos sobre o colonialismo*, p. 312.
104. Carta de Marx a Meyer e a Vogt de 9 de Abril de 1870, em *Textos sobre o colonialismo*, p. 352-355.
105. *Textos sobre o colonialismo*, pp. 349 e s.
106. Carta de Marx a Kugelman de 29 de Novembro de 1869, em *Textos sobre o colonialismo*, p. 349.
107. *Do Contrato Social*, capítulo I, p. 1.
108. Carta de Marx a Engels de 10 de Dezembro de 1869, em *Textos sobre o colonialismo*, p. 351 (Marx-Engels Werke, tomo 32, pp. 414-415).
109. Carta de Marx a Meyer e a Vogt de 9 de Abril de 1870, em *Textos sobre o colonialismo*, p. 355.
110. Cf. Ponto n.º 5 da «Comunicação confidencial» do *General Council of the First International*. disponível em: <https://www.marxists.org/francais/marx/works/00/kug/km-kug-18700328.htm#-ftn3>.
111. *Marx-Engels Werke*, tomo 32, p.
112. Ver, principalmente, o discurso de Marx e de Engels sobre a Polónia (Londres, 29 de Novembro 1847). disponíveis em: <http://www.luttedeclasse.org/marxisme/kmfepc.pdf>.
113. Carta de Engels a Marx datada de 7 de Outubro de 1858, em *Marx-Engels Werke*, tomo 29, p. 358.
114. Carta de Engels a Kautsky de 12 de Setembro de 1882, em *Textos sobre o colonialismo*, pp. 357-369.
115. Marx, *Bolívar e Ponte*, Sulliver, Cabris, 1999, inicialmente publicada em *The New American Cyclopaedia* (1858).
116. Carta de Engels a Marx datada de 8 de Junho de 1853, em *Textos sobre o colonialismo*, p. 336.
117. Artigo de Marx, intitulado «Bugeaud», publicado na *América Cyclopaedia* de 27 de Novembro de 1857 e reproduzido em Gallissot e Badia, *Marxismo e Argélia*, União Geral de Edições, colecção 10/18, Paris, pp. 67-71.
118. *Ibidem*.
119. *Marx-Engels Werke*, tomo 14, pp. 73-82.
120. Carta de Engels a Bernstein de 9 de Agosto de 1882, em *Textos sobre o colonialismo*, pp. 356-357.
121. *Ibidem*.

122. Artigo «Êxitos da Rússia no Oriente longínquo». Disponível em <http://www.hekmatist.com/Marx%20Engels/Marx%20&%20Engels%20Collected%20Volume%2016-Ma%20-%20Karl&20Marx.pdf>.
123. Artigo de Engels surgido em 20 Agosto de 1848 na *Neue Rheinische Zeitung* sob o título «Os Debates da Assembleia de Frankfurt sobre a Questão Polaca». Disponível em: <https://www.marxistaorg./archive/marx/works/1848/08/09.htm>.
124. Bakunine fala assim de Marx do *Manifesto*: «Ele achou mais cómodo e sem dúvida também mais vantajoso para o (...) patriotismo alemão, lançar sobre a Rússia a culpa de todos os crimes políticos e sociais que se cometem na Europa. Isso comprova uma grande ignorância ou uma má fé insigne» (cf. Arquivos Bakunine, *Michel Bakounine e os conflitos na Internacional-1872*, volume II, pp. 23-57). Marx desconfiava que «o senhor Bakunine» quisesse «nos bastidores» [via Aliança secreta], (...) colocar o movimento operário [AIT] sob direcção russa» (Carta de Marx a Engels datada de 15 de Dezembro de 1868, em *Correspondências*, tomo 9, edições sociais, Paris, 1983, p. 395), o que originou o pedido de exclusão da liga de Haye em 1872.
125. ver «Os Debates na Assembleia de Frankfurt sobre a Questão Polaca» na *Neue Rheinische Zeitung* (20 de Agosto de 1848).
126. «Pelo menos consola (ver) que a revolução «começada na Rússia». Disponível (em inglês) em <https://marxists.catbull.com/archive/marx/works/1858/letters/58-10-08.htm>.
127. Ver, por exemplo, a carta de Marx de 19 de Fevereiro de 1881.
128. Ver: «Carta a Mikhatlovski de 1877», em CERM, *Sobre as Sociedades pré-capitalistas*, p. 350.
129. Para os três rascunhos e a carta final de Marx, ver respectivamente: CERM, pp. 318-340, e pp. 340-342.
130. CERM, da p. 319 à p. 341.
131. CERM, p. 341.
132. CERM, p. 323.
133. *Idem*, p. 319.
134. *Ibidem*.
135. *Idem*, p. 325.
136. *Idem*, p. 330.
137. *Idem*, p. 324.
138. *Idem*, p. 325.
139. *Idem*, p. 324.
140. CERM, p. 329, e ainda p. 330, no primeiro rascunho.
141. Carta de Marx de 1870, em Rubel, *Escritos sobre o tsarismo e a comuna russa*, Droz, Genebra, 1969.
142. Ver a resposta do Conselho geral da Associação internacional dos Trabalhadores aos membros do Comité da Secção russa de Genebra, em *Marx-Engels Werke*, tomo 16, p. 407.

143. Prefácio à segunda edição russa (1882) do *Manifesto comunista*, nas Œuvres-Economie I. La Pléiade., p. 1483.
144. *Idem*, pp. 1483-1484.
145. «Carta a Mikhaïlovski de 1877», reproduzida no CERM, p. 350.
146. *Idem*, p. 351.
147. *Idem*, p. 350.
148. *Idem*, p. 351.
149. *Idem*, p. 352.
150. Ver: Marx e Engels (1969), «e Escritos sobre o czarismo e a comuna russa», *Economias e Sociedades*, Cahiers do ISEA, t. 3, nº 7, Julho, Paris, p.1363.
151. CERM, p. 358.
152. *Idem*, p. 359.
153. *Escritos sobre o czarismo e a comuna russa*, p. 1359.
154. *Marx-Engels Werke*, tomo 18, pp. 562-565.
155. Carta a Kautsky de 23 de Setembro 1882, em *Textos sobre o colonialismo*, pp. 357-358.
156. *Ibidem*.
157. Prefácio à *Crítica da economia política*, em *Contribuição para a Crítica da economia política*, Edições sociais, Paris, 1972, p. 5.
158. *Idem*, nota 1, p. 13.
159. *Ibidem*.
160. CERM, p. 235.
161. Carta de Marx a Engels datada de 10 de Fevereiro 1870, em *Cartas sobre O Capital*, p. 255.
162. Engels escrevera a Sorge, a 26 de Junho de 1883, que quando da morte de Marx, encontrara em casa dele mais de dois metros cúbicos de documentação estatística só sobre a Rússia...
163. Engels, *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Edições sociais, Paris, 1971, pp. 15-16.
164. *Idem*, nota 3, p. 15.
165. Ver: Byé e Destanne de Bernis, *Relações Económicas internacionais*, Dalloz, Paris, 1987, pp. 69-89.
166. Marx, *Fundamentos da crítica da economia política*, Œuvres-Economie II, Biblioteca da Pléiade, Edições Gallimard, Paris, 1968, p. 251.
167. Marx, *Materiais para a «economia»*, Œuvres-Economie II, Biblioteca da Pléiade, Edições Gallimard, Paris, 1968, p. 489.
168. *Materiais para a «economia»*, p. 497. Também: Marx, *Teorias sobre a mais-valia*, Edições sociais, Paris, 1975, (tomo 2), p. 636.
169. CERM, p. 336.
170. Ver: Gallisot e Badia, *Marxismo e Argélia*, UGE 10/18, Paris, «A estadia de Marx na Argélia», pp. 287-373.

171. *Idem*, pp. 287 e s.

172. *Ibidem*.

173. *Ibidem*.

174. *Ibidem*.

175. Marx, *Composição de bacharelato* assunto: «Meditação de um adolescente diante da escolha de uma profissão»), 1835M; nas *Œuvres III-Filosofia*, La Pléiade, Edições Gallimard, Paris, 1982, p. 1365.

176. Marx: *Poema, Hegel — Epigrama*, 1837; em *Œuvres III-Filosofia*, La Pléiade, Edições Gallimard, Paris, 1982, p. 1384

*** Investigador do CNRS, Centro de Economia da Sorbonne, UMR 8174 do CNRS da Universidade de Paris 1**

Tradução: Manuela Antunes